Possibilidades e desafios para o acesso e comercialização agroecológica na periferia da Grande São Paulo

sof
Sempreviva Organização Feminista

Possibilidades e desafios para o acesso e comercialização agroecológica na periferia da Grande São Paulo

Estudo realizado por Rosana Miranda, integrante do grupo de consumo responsável Feminismo & Agroecologia e consultora contratada no âmbito do projeto "Alternativas econômicas feministas frente às falsas soluções para as mudanças climáticas" realizado pela SOF.

Sumário Executivo

Este estudo busca apresentar possibilidades e desafios para o acesso e comercialização de alimentos agroecológicos na periferia da Grande São Paulo. Para isso, tentou-se traçar o histórico, características e desafios de nove iniciativas, vinculadas ou próximas à Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), que iniciaram ou intensificaram suas atividades durante a pandemia da covid-19 com a distribuição e/ou comercialização de alimentos agroecológicos para diversos públicos.

Foram mapeadas as seguintes iniciativas: Coletivo de Consumo Rural Urbano de Diadema, Pontes da Terra, Ponta a Ponta, Quebrada Orgânica, Cesta Aberta, Orgânicas para Todxs, cooperativa Terra e Liberdade, Sopão das Manas e coletivo Mulheres do GAU. Estas são apenas algumas das muitas iniciativas que têm surgido nos últimos anos (e com ritmo mais intenso durante a pandemia), com o horizonte de democratização do acesso a alimentos saudáveis. Estas iniciativas podem ser caracterizadas a partir do tipo de empreendimento, do modelo de operação adotado, do tipo de relação estabelecida nos territórios que acessam os alimentos, e do horizonte político que motiva a iniciativa.

Dentre as iniciativas, destacam-se as seguintes características:

- Das iniciativas entrevistadas, quatro já existiam antes da pandemia mas assumiram novas configurações e estabeleceram dinâmicas além da comercialização (sobretudo doações de alimentos). Cinco foram estabelecidas a partir do primeiro semestre de 2020 como resposta ao contexto da covid-19. Mesmo as iniciativas mais antigas têm surgimento relativamente recente (com a mais longeva com início em 2014). Quatro dos grupos operam exclusivamente com a doação de alimentos para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Os demais combinam diferentes formas de promover o acesso aos alimentos via doações e comercialização.

- Além da RAMA, os principais fornecedores de alimentos agroecológicos dentre as iniciativas pesquisadas foram os assentamentos e acampamentos do MST (Acampamento Irmã Alberta, Assentamentos Dom Tomás Balduíno, Dom Pedro Casaldáliga e Ipanema), as cooperativas de produtores (Cooperquivale, Coopafasb, e Cooperapas) e agricultores e agricultoras individuais das zonas rurais da Grande São Paulo, em especial as regiões de Parelheiros, Grajaú e Barragem.

- As iniciativas caracterizadas promovem o acesso a alimentos agroecológicos em mais de 40 bairros da Grande São Paulo, com distinções importantes entre as iniciativas de doação de alimentos e de comercialização. Dentre as iniciativas que priorizam a comercialização direta, foi notada a prevalência de consumidores nos bairros mais centrais da cidade de São Paulo, em geral um público de classe média e/ou trabalhadores em condição mais estável (servidores da rede pública, etc). Já nas iniciativas de doação, na maioria o público era composto por famílias em situação de vulnerabilidade em bairros periféricos, com grande prevalência de famílias chefiadas por mulheres negras.

- Embora não seja possível apurar com precisão, é possível estimar que as iniciativas possibilitaram entre 2020 e 2021 o acesso a mais de 86 toneladas de alimentos agroecológicos para mais 15600 famílias, gerando uma renda que

supera os R$250 mil para as agricultoras e agricultores que forneceram os produtos. Esses números, que provavelmente estão subestimados, mostram que apesar das limitações dos grupos, sua atuação não é negligenciável e produziu impactos significativos.

- Três horizontes políticos se destacam entre as iniciativas: o da valorização e renda para o agricultor familiar (especialmente orgânico/agroecológico); o da segurança alimentar e nutricional (e em alguma medida da soberania alimentar) e o da autonomia, principalmente na produção de alimentos (agricultura urbana) e na criação de circuitos próprios na periferia.

- No campo do financiamento, destaca-se a adoção de estratégias variadas por parte dos grupos para garantir a continuidade das iniciativas, com grande prevalência de doações diretas via apoiadores e redes de contatos e renda direta via comercialização. Outras estratégias incluem a participação em editais e doações de instituições parceiras.

Alguns dos principais desafios de sustentabilidade apontados pelas iniciativas:

- O aumento contínuo da vulnerabilidade e demanda por alimentos em um contexto de prolongamento da pandemia e escassez de políticas públicas em contraste com a capacidade limitada de resposta das iniciativas, pensadas inicialmente em caráter emergencial.

- Sustentar o financiamento das atividades, que em sua maioria funcionam a partir de um modelo de solidariedade via doações diretas; e gerir processos cada vez mais complexos (logística, captação, assistência social, etc) com equipes pequenas e em sua maior parte voluntárias/militantes.

- Superar obstáculos no campo da produção, seja para readequar os espaços de produção para as novas demandas, avançando na transição agroecológica, seja na capacidade das próprias comunidades desenvolverem suas estratégias autônomas a partir da agricultura urbana.

- Aprofundar as relações entre os grupos com seus consumidores e comunidades que acessaram os alimentos em um contexto de distanciamento social e poucas atividades presenciais, para traduzir melhor as ações de solidariedade em um horizonte político coletivo de autonomia e soberania alimentar.

Por fim, algumas possibilidades de continuidade e caminhos para autonomia dos grupos, a partir das reflexões construídas com as/os entrevistadas/dos e a equipe técnica da SOF incluem:

- Fortalecer a RAMA e seu saldo organizativo como impulsionadores desses grupos, criando ferramentas para aprofundar essas relações como: fóruns de discussão e formação contínuos, ampliação do mapeamento de iniciativas de acesso a alimentos agroecológicos em São Paulo, remanejamento de experiências e especialidades entre os grupos, ferramentas digitais para reduzir custos de logística, entre outras.
- Fortalecimento das iniciativas para além dos circuitos de comercialização, com incidência conjunta por políticas públicas e na responsabilização dos entes públicos, e com integração dessas experiências em outras redes que estejam pautando o debate da insegurança alimentar.
- Reforço da comunicação com apoiadores e com o público que acessa os alimentos como uma estratégia de enraizamento, a partir da visibilidade conseguida ao longo de 2020. Aproveitar essa rede constituída para visibilizar mais a experiência da RAMA e suas agricultoras.

1. Introdução

1.1. Desenvolvimento da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) no contexto da pandemia

A SOF Sempreviva Organização Feminista acompanha há cinco anos a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), integrada por 11 grupos de agricultoras de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, e a Rede de Grupos de Consumo Responsável de São Paulo, que tem estabelecido uma relação de comercialização solidária junto à RAMA. Trabalham sob uma proposta de construção de alianças entre o campo e a cidade para o desenvolvimento de um mercado justo e solidário, que por um lado acolha a produção das mulheres e por outro possibilite o acesso a alimentos saudáveis, sem venenos e biodiversos na cidade. Desde seu estabelecimento, as duas Redes prezam pela democratização do acesso aos alimentos, praticando preços acessíveis e se articulando na periferia da Grande São Paulo (Jancz, et al. 2018).

Com a pandemia da covid-19 aprofundando a vulnerabilidade dos trabalhadores precarizados e famílias periféricas, o papel das estruturas injustas e desiguais do sistema alimentar convencional ficaram mais evidentes, com a alta dos preços dos alimentos por um lado, e o encerramento de canais de comercialização da agricultura familiar por outro. Nesse contexto, as Redes, com seu acúmulo organizativo em compras diretas das agricultoras, relações de confiança estabelecidas ao longo do tempo, e proposta de acesso justo aos alimentos (que não responde apenas às flutuações do mercado), chamaram a atenção não apenas de novos potenciais consumidores, mas também de diversas iniciativas de solidariedade que surgiram a partir de Março/Abril de 2020. Essa dinâmica posta pela pandemia trouxe diversos resultados como: a) a criação de mais relações da RAMA com o movimento agroecológico e pela alimentação saudável na cidade; b) o aumento expressivo no volume de vendas da RAMA, com novos grupos compondo a rede; c) a reorganização, até certa medida, das relações de produção e da logística de comercialização. Mais de um ano após o início da pandemia, com o prolongamento das medidas de distanciamento social e aprofundamento da crise sanitária e socioeconômica, muitos desses

grupos seguem atuando para garantir o acesso a alimentos agroecológicos na periferia da Grande São Paulo, contando com diferentes estratégias para isso. Conhecer suas condições de funcionamento, nível de proximidade com os objetivos da RAMA e possibilidades de continuidade no médio prazo é importante para o desenvolvimento de estratégias para levar os alimentos da RAMA para mais pessoas, especialmente as que estão em situação de vulnerabilidade.

1.2. Contexto do projeto e objetivos do estudo

Este estudo busca apresentar possibilidades e desafios para o acesso e comercialização de alimentos agroecológicos na periferia da Grande São Paulo. Para isso, tentou-se traçar o histórico, características e desafios de nove iniciativas, vinculadas ou próximas à RAMA, que iniciaram ou intensificaram suas atividades durante a pandemia da covid-19 com a distribuição e/ou comercialização de alimentos agroecológicos. Com isso, pretende-se dar visibilidade e refletir sobre experiências de empreendimentos solidários/coletivos para comercialização de alimentos agroecológicos na periferia da grande SP. E a partir dessas experiências, pensar em como ações de solidariedade podem se tornar permanentes e se consolidar nos territórios. Este estudo faz parte do projeto "Alternativas econômicas feministas frente às falsas soluções para as mudanças climáticas" realizado pela SOF.

A próxima seção traz dados sobre o acesso e comercialização de alimentos agroecológicos na periferia da Grande São Paulo e está dividida em duas partes: apresentação de dados gerais sobre a produção e consumo de alimentos agroecológicos na Grande São Paulo; e caracterização de nove iniciativas de comercialização e solidariedade vinculados à RAMA atuando na periferia da Grande de São Paulo. A seguir, essas experiências são discutidas à luz do que representam para o funcionamento e relações da RAMA e seus desafios. Por fim, na conclusão, são levantadas algumas reflexões acerca da sustentabilidade dessas operações e apontados alguns caminhos e sugestões para a continuidade e aprofundamento dessas relações.

2. Acesso e comercialização agroecológica na periferia da Grande São Paulo

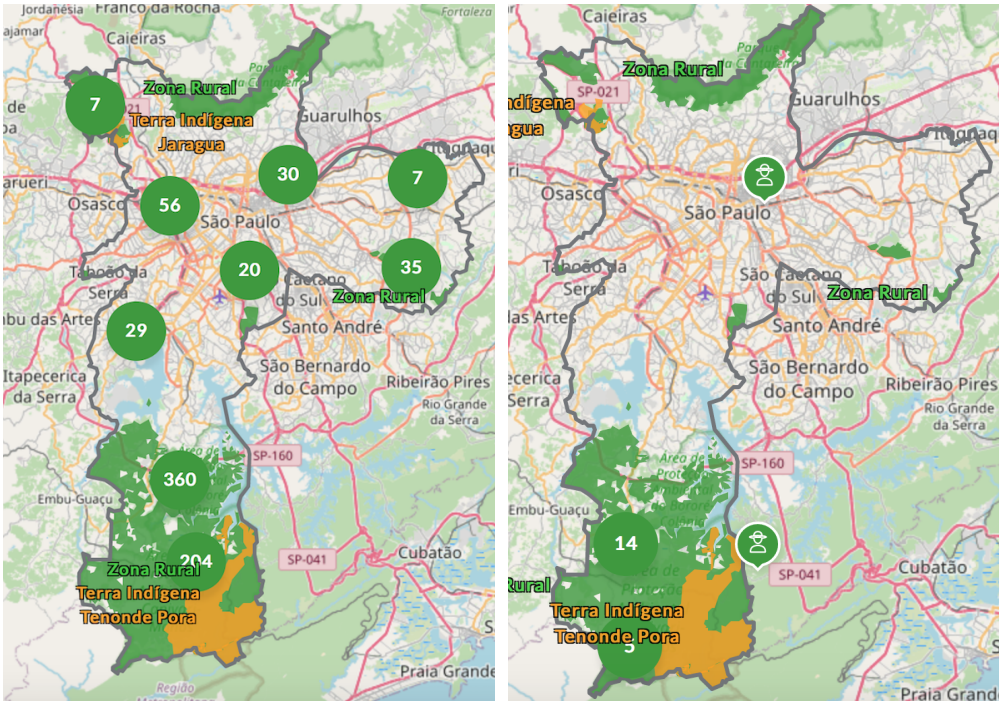
2.1. Acesso a alimentos agroecológicos na Grande São Paulo

Embora não haja dados específicos para o consumo de produtos orgânicos e agroecológicos na Grande São Paulo, estudo pelo Conselho Nacional da Produção Orgânica e Sustentável (Organis) mostra que no Brasil – considerado o maior mercado consumidor de orgânicos da América Latina – a procura e consumo destes alimentos está em alta, com a região Sudeste sendo a segunda que mais consome no país – 19% declararam ter consumido orgânicos nos últimos 30 dias (Organis 2019). Em São Paulo, o comércio online Raizs, plataforma que responde por 24% do comércio online de orgânicos na Grande São Paulo, registrou um aumento de 5 vezes em suas vendas em março de 2020, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Esses números, embora demonstrem o aumento do interesse dos consumidores por uma alimentação mais saudável, refletem ainda uma parcela muito pequena do consumo de alimentos, que não abarca as populações mais vulneráveis das grandes cidades. A própria pesquisa da Organis mostra que, para 63% da população entrevistada, o motivo que os impede de acessar alimentos orgânicos é o preço. Na outra ponta do espectro, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 19 milhões de brasileiros enfrentam a fome no dia-a-dia, e 116,8 milhões de brasileiros viveram nos últimos meses algum nível de insegurança alimentar (Rede PENSSAN 2021). Ainda segundo o estudo "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil" o consumo de alimentos frescos como frutas, hortaliças e legumes reduziu 40,8% e 36,8% respectivamente (Galindo, et al. 2021).

Em certa medida, é nessa confluência em que se encontra a periferia da Grande São Paulo, espremida entre a vulnerabilidade causada pela piora nas condições de vida e a falta de oferta de alimentos saudáveis, orgânicos e

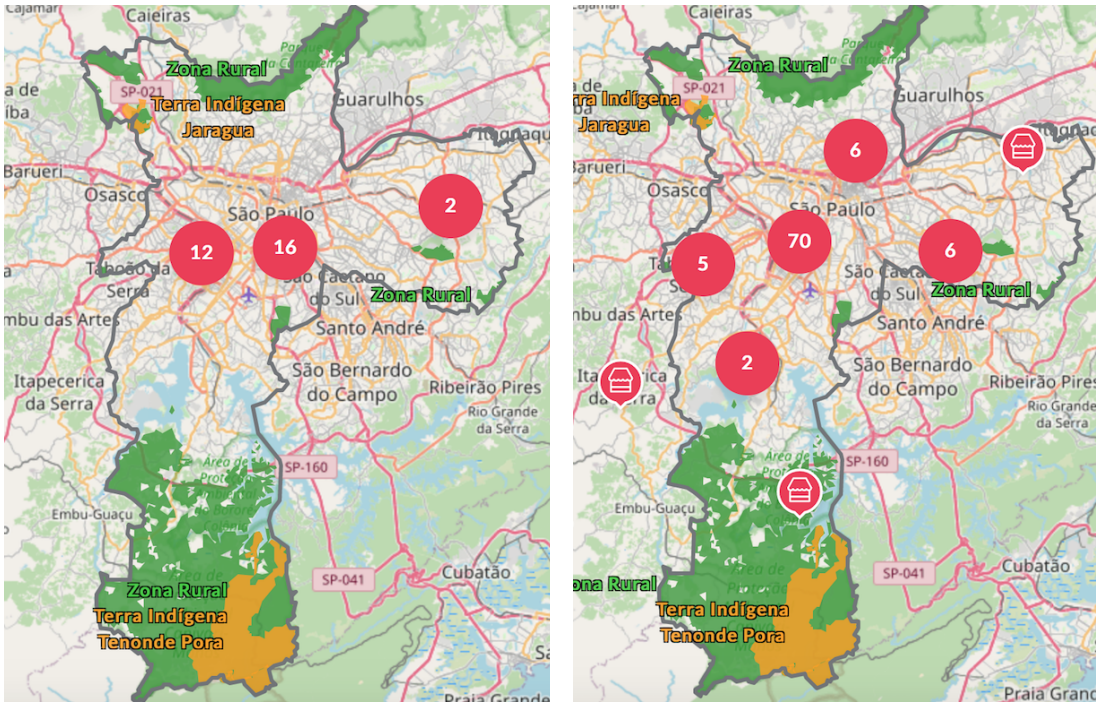
agroecológicos – características dos chamados desertos alimentares (MIRA, et al. 2018). Uma contradição que se destaca ao notarmos que um terço do território de São Paulo é considerado área rural, e que a prefeitura contabilizou em 2020 553 unidades de produção agropecuária no munícipio (PMSP 2020). Destas, apenas 60 pertencem a agricultores orgânicos e agroecológicos (36 com certificação orgânica e 24 com Protocolo de Transição Agroecológica), estimativa que desconsidera as unidades produtivas das aldeias indígenas e produtores agroecológicos sem certificação/que não aderiram ao protocolo de transição. Segundo um estudo do Instituto Escolhas, a partir de dados do IBGE, são 5083 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de mais 15% da Região Metropolitana de São Paulo. Esse mesmo estudo mostra que 60 mil hectares cultivados na área periurbana da RMSP teriam o potencial de abastecer com verduras e legumes 20 milhões de pessoas por ano e criar 180 mil novos postos de trabalho na cidade (Instituto Escolhas 2020).



Mapas 1 e 2 – distribuição das UPAs e UPAs com certificação orgânica (Sampa+Rural)

Por outro lado, o próprio mapeamento oficial da plataforma Sampa+Rural mostra o que pesquisadores e militantes da agroecologia e de movimentos da

periferia repetem há anos: a produção que acontece nas margens da capital é consumida majoritariamente pelos bairros mais centrais e com maior poder aquisitivo. Das 30 feiras orgânicas que se espalham pela cidade de São Paulo, poucas acontecem fora do centro expandido, e a mesma tendência ocorre com outros distribuidores e varejos, e mesmo com iniciativas como os grupos de consumo responsáveis.



Mapas 3 e 4 – distribuição das feiras orgânicas e mapa total de acesso à orgânicos (feiras, lojas e grupos de consumo responsável) (Sampa+Rural)

No entanto, os próprios mapeamentos oficiais ignoram diversas das iniciativas de acesso e comercialização de alimentos agroecológicos que grupos voluntários e militantes realizam nos bairros periféricos. Isso se dá em parte pela natureza mais intermitente desses grupos, que muitas vezes surgem e se encerram em curtos espaços de tempo, pela dificuldade do poder público em identificar as dinâmicas próprias de grupos que operam fora da lógica dos mercados convencionais, e pelo próprio processo de desmantelamento das políticas públicas para segurança alimentar no nível municipal. Exemplo disso é a redução drástica de políticas como o PNAE, uma das principais vias de acesso de estudantes periféricos a alimentos agroecológicos produzidos no cinturão rural da cidade. Mais recentemente, com o aprofundamento da pandemia, a

prefeitura de São Paulo, que já realizava (de forma insuficiente) a distribuição de cestas básicas para grupos vulneráveis, estabeleceu um edital para a compra de alimentos orgânicos e agroecológicos para abastecer parte de sua rede de assistência social. Com as entregas iniciadas em Março deste ano, até o momento foram entregues 14.889 cestas, cujos produtos são adquiridos diretamente de cooperativas e associações da reforma agrária e da agricultura familiar (Instituto Terra Viva, Amafarva[1], Associação Unipontal e Associação AVIAC do Pontal do Paranapanema), além de distribuidoras e comércios de orgânicos (Instituto Acácia, Balaio Orgânico, Nutriens e Raizs).

No entanto, iniciativas nas periferias democratizam o acesso a uma alimentação orgânica e saudável aos mais pobres, muitas vezes ao largo do poder público, e contando com alianças de solidariedade entre o campo e a cidade, e o centro e periferia. A seguir, detalhamos os modos de funcionamento de algumas dessas iniciativas que têm atuado na periferia da Grande São Paulo.

2.2. Mapeamento das condições de funcionamento dos coletivos e empreendimentos vinculados ou próximos à RAMA que atuam na periferia da Grande São Paulo.

Nesta fase do estudo foram identificadas nove iniciativas que ao longo do último ano articularam a comercialização e/ou doação de alimentos agroecológicos na periferia da Grande São Paulo. Estas iniciativas podem ser caracterizadas a partir do tipo de empreendimento, do modelo de operação adotado, do tipo de relação estabelecida nos territórios que acessam os alimentos, e do horizonte político que motiva a iniciativa. Foram mapeadas as seguintes iniciativas, classificadas na tabela 1 a partir dos critérios definidos acima: Coletivo de Consumo Rural Urbano de Diadema, Pontes da Terra, Ponta a Ponta, Quebrada Orgânica, Cesta Aberta, Orgânicas para Todxs, cooperativa Terra e Liberdade, Sopão das Manas e coletivo Mulheres do GAU. Importante ressaltar as diferenças entre as iniciativas, particularmente entre as que já

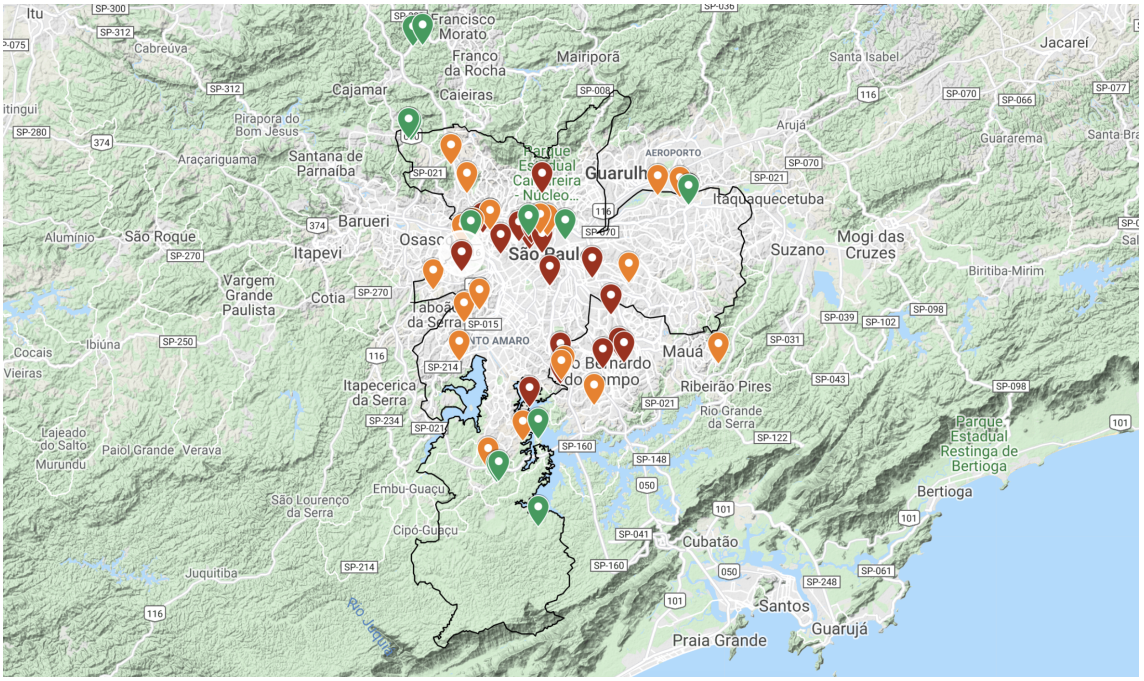
[1] Associação de Agricultores do bairro Rio Vermelho da Barra do Turvo. Está como representação para dois grupos da RAMA: Mulheres do Rio Vermelho e Girassóis do Vale.

existiam no âmbito da comercialização, e passaram a articular campanhas de solidariedade, e as que surgiram já no contexto da pandemia. São significativas as diferenças principalmente de horizonte político, enraizamento nos territórios e sustentabilidade nesses casos. Para caracterização mais completa de cada grupo, veja o Anexo 1.

Tabela 1 – Caracterização das Iniciativas

Nome da iniciativa	Tipo de empreend.	Modelo de operação adotado	Relações no território	Horizonte político
CCRU	GCR	Compras coletivas, doações	Inserção alta (mov. moradia), grupo local auto-gestionado	Soberania alimentar, aliança campo-cidade
Pontes da Terra	Iniciativa de solidariedade	Doações	Poucas relações prévias, construção em andamento	Renda para produtores, segurança alimentar e nutricional, democratizar acesso
Ponta a Ponta	Iniciativa de solidariedade	Doações	Inserção via comunidade escolar	Renda para produtores, segurança alimentar e nutricional
Orgânicas para Todxs	Iniciativa de solidariedade	Doações (via comercialização)	Inserção alta (via associação e relações individuais)	Soberania alimentar, autonomia produtiva
Terra e Liberdade	Cooperativa	Comercialização direta, compras coletivas (GCR), doações	Inserção varia entre os públicos consumidores (GCR, público direto, beneficiários de doações)	Reforma agrária, aliança campo-cidade
Quebrada Orgânica	Projeto / negócio de impacto	Comercialização direta, eventos, doações	Inserção no nível individual (vivem e atuam no território)	Educação ambiental, autonomia da quebrada
Cesta Aberta (Casa do Povo)	Iniciativa de solidariedade	Doações	Inserção alta (via Casa do Povo)	Soberania alimentar, autonomia
Sopão das Manas	Iniciativa de solidariedade	Doações	Poucas relações prévias, construção em andamento	Renda para produtores, segurança alimentar e nutricional
Mulheres do GAU	Horta urbana / viveiro escola	Comercialização direta, eventos, doações	Inserção alta	Fortalecimento da agricultura urbana, autonomia das mulheres

Os mapas apresentados nesta seção foram desenvolvidos a partir das informações dos próprios grupos organizados em um Google Maps que pode ser visualizado e editado nos links a seguir: um com informações básicas sobre as "sedes" ou pontos de referência da cada iniciativa, localização dos fornecedores e de comunidades que acessam os alimentos; e um segundo com as mesmas informações mas com esquemas de cores para identificar as relações de cada grupo. Essas são informações aproximadas e não necessariamente incluem todas as localidades ou representam precisamente os locais indicados pelas iniciativas – todas as informações nos mapas são editáveis e podem ser atualizadas com informações mais precisas por qualquer usuário.



Mapa 5 – Distribuição das Iniciativas (em vermelho), fornecedores (em verde) e público que acessa alimentos (em laranja) – escala de visualização na Grande São Paulo.

2.3.1. Histórico das Iniciativas

Das iniciativas entrevistadas, quatro já existiam antes da pandemia (CCRU Diadema, Quebrada Orgânica, Terra Liberdade e Mulheres do GAU), mas assumiram novas configurações e estabeleceram dinâmicas além da

comercialização (sobretudo doações de alimentos). Cinco foram estabelecidas a partir do primeiro semestre de 2020 como resposta ao contexto da covid-19 (Pontes da Terra, Ponta a Ponta, Cesta Aberta, Orgânicas para Todxs, Sopão das Manas). Mesmo as iniciativas mais antigas tem surgimento relativamente recente, com o CCRU Diadema sendo a mais longeva (com início em 2014).

Destaca-se o fato que especialmente entre as iniciativas que se formaram já no contexto da pandemia, o principal fato motivador relatado nas entrevistas foi a dificuldade encontrada por agricultores para escoar sua produção devido às restrições de circulação (fechamento de bares e restaurantes, fim das feiras) e à supressão de políticas públicas (especialmente do PNAE em um contexto de aulas remotas). Esse foi o ponto de partida relatado pelos grupos Pontes da Terra, Ponta a Ponta, Orgânicas para Todxs e Quebrada Orgânica, possivelmente devido às relações pré-estabelecidas das idealizadoras e organizadoras dos projetos com agricultoras e agricultores da região Sul de São Paulo. A partir daí, e com o contexto de crise econômica e vulnerabilidade das famílias começam a operar na lógica de "construção de pontes" entre os agricultores com dificuldades na comercialização e as famílias em situação de insegurança alimentar. No caso de três das iniciativas (Terra e Liberdade, CCRU-Diadema e Cesta Aberta) seu histórico de formação está atrelado a outros processos políticos (luta pela reforma agrária; movimentos de moradia; constituição da Casa do Povo) e as iniciativas específicas de doações de alimentos se inseriram em uma lógica de solidariedade a partir dos papéis já desempenhados pelos grupos.

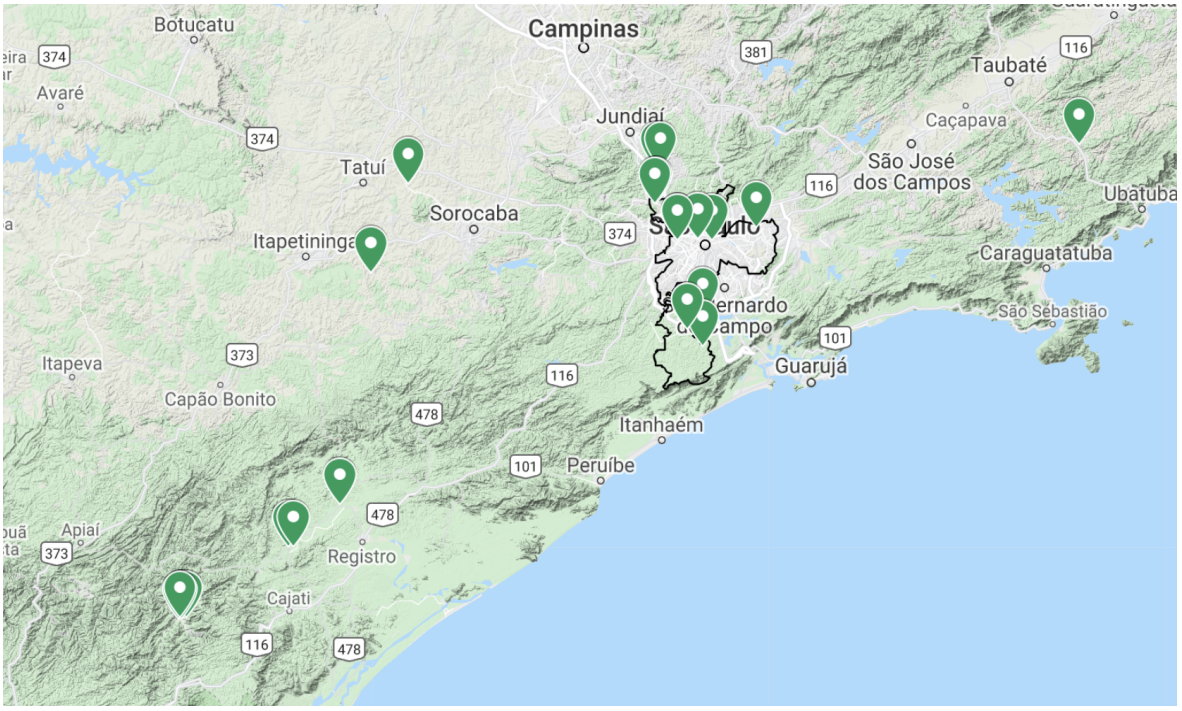
2.3.2. Condições de Funcionamento

Quatro dos grupos entrevistados (Ponta a Ponta, Pontes da Terra e Cesta Aberta, Sopão das Manas) operam exclusivamente com a doação de alimentos para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Os demais combinam diferentes formas de promover o acesso aos alimentos via doações e

comercialização, e em alguns casos, como o do Orgânicas para Todxs, Mulheres do GAU, Terra e Liberdade e em alguma medida o Quebrada Orgânica (que existe paralelamente ao Enjoy Orgânicos), com a comercialização subsidiando as iniciativas de solidariedade. No caso das doações, a maioria das iniciativas disponibiliza apenas os alimentos frescos agroecológicos (em algumas iniciativas, em parceria com associações locais que já distribuem cestas básicas e/ou alimentos processados), com exceção do Cesta Aberta, que iniciou as doações com alimentos da cesta básica e outros processados e gradualmente incluiu alimentos in natura (em sua grande maioria da agricultura convencional). A maioria das iniciativas trabalha com sistema de cotas ou cestas fechadas, tanto para doação como comercialização (com exceção da Cesta Aberta e Quebrada/Enjoy Orgânicos), uma opção que se fortaleceu diante do cenário da pandemia para facilitar a logística e limitar o contato entre as pessoas. Apenas uma iniciativa atuou na preparação dos alimentos, para doação de refeições prontas (Sopão das Manas).

a. Relação com os fornecedores

Além da RAMA, os principais fornecedores de alimentos agroecológicos dentre as iniciativas pesquisadas foram os assentamentos e acampamentos do MST (Acampamento Irmã Alberta, Assentamentos Dom Tomás Balduíno, Dom Pedro Casaldáliga e Ipanema), as cooperativas de produtores (Cooperquivale, Coopafasb, e Cooperapas) e agricultores e agricultoras individuais das zonas rurais da Grande São Paulo, em especial as regiões de Parelheiros, Grajaú e Barragem. A principal exceção é a iniciativa Cesta Aberta, que recebe produtos orgânicos como doação diretamente de produtores da AAO (Associação de Agricultura Orgânica), e as Mulheres do GAU, que contam com produção própria (como também, em certa medida, o Quebrada Orgânica).



Mapa 6 – Distribuição dos Grupos Fornecedores

Em sua maioria, as iniciativas relataram priorizar uma relação próxima aos agricultores, apesar das limitações impostas pela pandemia. Em geral, a oferta dos produtos a serem comercializados/doados é determinada pela disponibilidade dos agricultores, com algumas exceções. A partir desse momento os grupos elaboram as ofertas e listas de pedidos – em logísticas semanais, quinzenais e mensais, e em menor medida, com mais de uma logística por semana. Apenas dois grupos não têm transporte próprio e dependem exclusivamente do transporte dos próprios agricultores ou do pagamento de frete para possibilitar alguns deslocamentos. No geral, os grupos contam com estratégias de logística diversas: transporte próprio adquirido por cooperados e/ou associados (CCRU e Terra e Liberdade), transporte direto dos agricultores aos locais de retirada, privilegiando locais de melhor acesso para os diferentes grupos de agricultores (Pontes da Terra e Ponta a Ponta), transporte "voluntário" feito pelos próprios integrantes dos grupos (Orgânicas para Todes, Cesta Aberta e Sopão das Manas) ou alguma combinação destes. O tema da precificação também varia, com diferentes métodos para garantir o equilíbrio

entre a remuneração justa aos agricultores, e um preço acessível ao consumidor final (ou no caso das doações, condizente com os valores arrecadados para as ações), e em alguns casos, os grupos se utilizaram de sistemas de precificação já existentes (como da RAMA e da Cooperapas). Grupos com financiamento externo via instituições relataram maior dificuldade no processo de pagamento, devido à necessidade do preenchimento correto das notas fiscais.

No geral, apesar de todos os grupos incluírem a valorização da agricultura familiar no seu horizonte de atuação, apenas o Terra e Liberdade tem no seu ciclo de logística atividades diretas com os agricultores para além do ciclo de comercialização. O mapeamento da produção se desdobra em um acompanhamento constante das unidades produtivas, apoio em assistência técnica e compra de insumos e planejamento dos cultivos. O caso das Mulheres do GAU é singular nesse sentido, uma vez que o centro das atividades está na produção das mulheres na horta (principalmente durante a pandemia, com a suspensão das atividades na cozinha e eventos externos) e as doações de alimentos têm caráter bastante reduzido.

b. Números das iniciativas

Não é possível fazer um levantamento preciso dos principais números das iniciativas (número de agricultores fornecedores, valores movimentados, quantidade total de alimentos comercializados/doados, famílias atingidas) seja pela diversidade de modos de operação, seja pela ausência de dados no momento das entrevistas. Com os dados atuais é possível estimar que as iniciativas de doação possibilitaram entre 2020 e 2021 o acesso a mais de 86 toneladas de alimentos agroecológicos para mais de 15600 famílias[2], gerando uma renda que supera os R$250 mil para as agricultoras e agricultores que

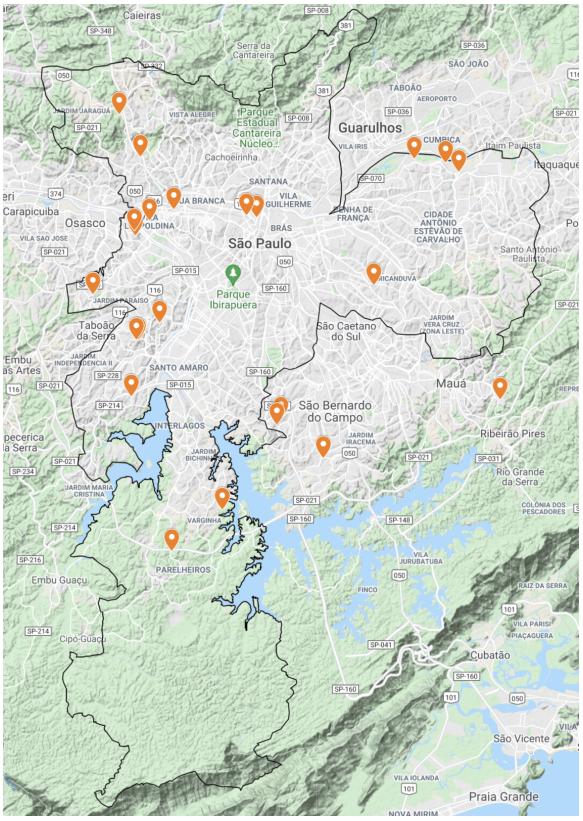
[2] Considerando apenas as modalidades de doação, sem considerar as iniciativas da Quebrada Orgânica, Sopão das Manas e Mulheres do GAU, que não ofereceram informações mais detalhadas sobre beneficiários - o que indica que o número pode ser maior.

forneceram os produtos[3]. Esses números, que provavelmente estão subestimados, mostram que apesar das limitações dos grupos, sua atuação não é negligenciável e produziu impactos significativos.

2.3.3. Público que acessa os alimentos

As iniciativas caracterizadas promovem o acesso a alimentos agroecológicos em mais de 40 bairros da Grande São Paulo, com distinções importantes entre as iniciativas de doação de alimentos e de comercialização. Dentre as iniciativas que priorizam a comercialização direta (especialmente Terra e Liberdade e Orgânicas para Todxs), foi notada a prevalência de consumidores nos bairros mais centrais da cidade de São Paulo, em geral um público de classe média e/ou trabalhadores em condição mais estável (servidores da rede pública, etc). No entanto, o próprio Terra e Liberdade fornece alimentos para cinco grupos de consumo responsável em diferentes partes da cidade, com características diferentes e implicações na forma de acesso – há um GCR na zona leste onde os alimentos são ofertados com preços mais acessíveis devido à composição do grupo. Ainda nas experiências do CCRU Diadema e do Enjoy Orgânicos há uma prevalência de consumidores fora da região central.

[3] Cálculo feito a partir de informações disponibilizadas pelas iniciativas, que consideraram diferentes períodos de tempo, formas de contabilizar os alimentos (por quilos, maços ou unidades para verduras, cestas ou refeições prontas) e público beneficiário. Quantidades de alimentos e valores consideram também modalidades de comercialização. Não se almeja aqui realizar uma afirmação precisa sobre esses volumes, apenas demonstrar a ordem de grandeza alcançada, que ao que tudo indica, é maior que a contabilizada no estudo.



Mapa 7: Distribuição dos grupos que acessaram os alimentos

Já nas iniciativas de doação, os públicos em geral são famílias em situação de vulnerabilidade em bairros periféricos, com grande prevalência de famílias chefiadas por mulheres negras – o que levantou reflexões por parte de coletivos como Orgânicas para Todxs, que combinam modalidades de comercialização (com público majoritariamente de classe média, branco, de regiões centrais) e de doação (com público periférico, no geral mulheres negras). Em muitos casos as doações foram organizadas junto a lideranças e associações dos bairros. Apenas na experiência Cesta Aberta (Casa do Povo) o público residia na região central, no bairro do Bom Retiro, e era constituído principalmente de famílias migrantes do setor têxtil e pequenos comerciantes e trabalhadores da região que haviam experimentado grande queda na renda devido à pandemia – além da comunidade do Moinho, que foi a primeira beneficiária do Sopão das Manas.

2.3.4. Enraizamento nos territórios e horizonte político

Três horizontes políticos se destacam: o da valorização e renda para o agricultor familiar (especialmente orgânico/agroecológico); o da segurança alimentar e nutricional (e em alguma medida da soberania alimentar) e o da autonomia, principalmente na produção de alimentos (agricultura urbana) e na criação de circuitos próprios na periferia. Como mencionado anteriormente, chamou atenção o fato de que para muitos grupos que começaram suas atividades no contexto da pandemia, o estopim foi a vulnerabilidade das agricultoras e agricultores sem canais de comercialização.

É importante destacar também os diferentes sentidos da "autonomia" expressados pelos grupos entrevistados. Entre os grupos cuja presença nos territórios é mais recente ou onde há um lastro político e organizativo menor a autonomia se expressa mais como as capacidades dos indivíduos e famílias envolvidos nos projetos em acessar os alimentos agroecológicos por conta própria. No caso das iniciativas com papel político social mais consolidado (CCRU, Casa do Povo, T&L e em certa medida Orgânicas para Todxs) a autonomia aparece mais como um processo coletivo, vinculado a outras lutas sociais e por direitos.

De forma semelhante, o enraizamento nos territórios varia muito entre os grupos, com diferenças evidentes para aqueles que surgiram antes da pandemia. Dentre os grupos entrevistados se destacam o CCRU Diadema e a Casa do Povo como as iniciativas mais bem articuladas com a comunidade do entorno, como partícipes e/ou protagonistas dos processos de comercialização e doação de alimentos. Em alguns casos, as pessoas que animam os grupos vivem nas regiões onde as iniciativas centraram suas atividades (especialmente na Zona Sul de SP), o que resulta em um enraizamento mais individual, a partir de outras iniciativas, etc. Outros grupos não tinham relações prévias e estão em processo de construção junto a lideranças, associações e equipamentos públicos.

Principalmente para esses, ficou clara a importância do contato com a RAMA para se articularem a outras iniciativas. Obviamente o enraizamento depende muito da possibilidade de realizar atividades com a comunidade local, nesse sentido todos os grupos, inclusive os que estão mais integrados em seus territórios, relataram a necessidade de retomar atividades presenciais pós-pandemia para sustentar e aprofundar esses laços.

2.3.5. Sustentabilidade financeira e de gestão

No campo do financiamento, destaca-se a adoção de estratégias variadas por parte dos grupos para garantir a continuidade das iniciativas. Da parte das iniciativas que já existiam antes da pandemia (CCRU Diadema, Terra e Liberdade, Quebrada orgânica/Enjoy Orgânicos), já havia um fluxo de financiamento estabelecido a partir da comercialização, além de outras fontes (apoio do Fundo Casa para T&L, editais da prefeitura e Fundação Cargill para QO e apoio em equipamentos da Associação Oeste de Diadema para CCRU). Nesses casos, as campanhas de doação empreendidas por esses grupos passaram por arrecadação externa (campanhas com apoiadores) e contaram com a logística já estabelecida pelos ciclos de comercialização. Um exceção é o coletivo Mulheres do GAU, cuja renda provinha quase integralmente da comercialização dos produtos da horta (em sua maioria já beneficiados), e com a pandemia, tiveram uma redução significativa na geração de renda, recorrendo ao apoio de organizações parceiras e projetos para garantir ajudas de custo para as agricultoras – com um perfil de vulnerabilidade maior, o que impacta nas estratégias de sustentabilidade.

No caso das iniciativas surgidas após a pandemia, em sua grande maioria contam com doações feitas via campanhas recorrentes de arrecadação. A partir daí os grupos costuraram alguns apoios específicos, como no caso do Ponta a Ponta, que conta com apoio do Instituto Kairós na arrecadação, e uma doação mensal de uma empresa; ou do Pontes da Terra, que recebeu uma doação

pontual do Ministério Público do Trabalho (apenas para compra de alimentos) e estabeleceu uma parceria com o Fruta Imperfeita; ou da Casa do Povo, que recebe doações em produtos e cestas diretamente de diversos atores. Cabe destacar a atuação do Fundo FICA[4], mencionado por 4 das iniciativas como tendo as apoiado para a compra de alimentos agroecológicos para doação. Em um dos casos (Orgânicas para Todxs) os recursos vem da "compra casada" das cestas (compre uma e doe outra), uma modalidade um tanto restrita aos consumidores de renda mais elevada, uma vez que o preço final da cesta aumenta consideravelmente. Um dos grupos, o Sopão das Manas, contou com o apoio de artistas para o desenvolvimento de rifas solidárias, que atingiram um grande público.

Com relação ao trabalho realizado dentro destas iniciativas, é possível dizer que é quase exclusivamente realizado de forma voluntária/militante, com algumas exceções. Em alguns casos, há alguns integrantes das equipes remunerados ou recebendo ajudas de custo pelo trabalho, ou ainda bolsistas de pesquisa e extensão que podem dedicar mais horas aos projetos de forma remunerada. Em uma das experiências, o apoio do Fundo FICA também permitiu a remuneração temporária das integrantes do coletivo. Os grupos se mostram divididos entre a necessidade de profissionalizar as atividades e a importância do trabalho militante para o horizonte político do grupo. Vale ressaltar que dentre as iniciativas entrevistadas, a imensa maioria das integrantes dos coletivos são mulheres.

[4] O Fundo FICA é um fundo imobiliário de propriedade coletiva, que adquire imóveis na região central de São Paulo a partir de financiamentos coletivos e os destina a um uso socialmente justo, combatendo a especulação e gentrificação do espaço urbano. Em 2020 criou um fundo emergencial que apoiou diversas iniciativas para acesso a alimentos no contexto da pandemia. Veja mais em: https://fundofica.org/fundoemergencialficacovid19/

3. Sistematização e discussão das experiências

3.1. Impactos de médio e longo prazo para a RAMA a partir da construção de novas relações / expansão das que existem

Ativa desde 2016, a rede de grupos de consumo vinculada à RAMA havia atingido um bom nível de funcionamento em finais de 2019, com o estabelecimento de fluxos e protocolos para as compras coletivas, a distribuição de tarefas entre os grupos, o aprofundamento das relações com as mulheres agricultoras de Barra do Turvo e a possibilidade de uso do espaço da Comerativamente, na Universidade de São Paulo. Com a perda do espaço ainda naquele ano, e o início da pandemia em 2020, novas dinâmicas se estabeleceram, com impactos para a rede dos grupos de consumo, e para as agricultoras da RAMA. Destaca-se aí uma certa movimentação dos grupos de consumo (com alguns deixando de comprar e outros sendo incorporados), e uma procura muito grande pelos produtos da RAMA, especialmente no âmbito de iniciativas de solidariedade. Estar em rede colocava a RAMA, os grupos de consumo e a SOF num lugar de articulação, onde foi possível rapidamente escoar os produtos, inclusive em outras modalidades – todos os grupos que já compravam com a RAMA mobilizaram doações de alimentos. Essa dinâmica corrobora a hipótese formulada pela própria equipe da SOF de que a "autonomia produtiva e financeira permitida pelo modelo agroecológico, combinada com a participação em canais de venda inseridos em relações pessoais ou institucionais estáveis (ex. acordos diretos produtor-consumidor, preços instituídos por programas públicos), são fatores-chave na resiliência da agricultura familiar frente à situação criada pela pandemia da Covid-19" ((Org.) 2021).

Esse processo trouxe um ganho significativo para a RAMA, expressado pela ampliação da área de cultivo das mulheres agricultoras, aumento do volume de alimentos comercializados, e até mesmo inclusão de novos grupos no circuito da comercialização. Pelo lado dos grupos de consumo, novas articulações se estabeleceram, e os alimentos agroecológicos ganharam um alcance inédito, como demonstrado pelos mapas de distribuição de alimentos via

comercialização/doações. Tudo isso traz uma série de implicações para a organização da Rede, especialmente em como traduzir as dinâmicas próprias da pandemia em um movimento mais perene.

Nesse novo contexto, é necessário recolocar energia em processos que já estavam mais consolidados, como redistribuir tarefas entre os grupos, acompanhar a logística de volumes cada vez maiores de alimentos, aprofundar as relações entre os grupos para além das necessidades imediatas do dia-a-dia, entre outros. Um dos riscos apontados nas conversas com os grupos é de que o aumento da procura por alimentos da RAMA estabeleça uma relação na qual a Rede é mera fornecedora de alimentos agroecológicos, e não uma articulação que mobiliza muito trabalho (na sua maior parte voluntário e não remunerado) e um horizonte político comum de autonomia e soberania alimentar. Há uma preocupação em integrar os grupos na Rede de forma qualificada, e para tal, observar os seus desafios, expostos a seguir, pode oferecer indicações de como a RAMA e a Rede de Grupos de Consumo Solidário vinculados a ela podem seguir nessa articulação.

3.2. Desafios para o estabelecimento e consolidação das experiências

Os desafios apontados pelos representantes das iniciativas já haviam sido identificados pela SOF em sua avaliação preliminar do processo: as dificuldades em levantar recursos, a impossibilidade de ter mais ações presenciais (feiras e reuniões), manter um ritmo de doações adequado às necessidades do momento, a sobrecarga de trabalho, entre outros. De forma mais geral, embora os desafios de logística tenham sido mencionados por quase todos os grupos (especialmente nos temas de sistematização dos pedidos e transporte), eles não aparecem como o impeditivo central para as perspectivas de continuação, sugerindo um nível de adaptação dos grupos a esses obstáculos. Importante observar as diferenças entre os grupos, particularmente os que estão envolvidos apenas com doações. A seguir um resumo dos desafios apresentados:

Aumento da demanda vs. capacidade dos grupos

A maioria dos grupos relatou a preocupação com a grande disparidade entre a demanda pelos alimentos e sua própria capacidade de resposta. Como grande parte das iniciativas surgiram a partir do contexto da pandemia, havia uma expectativa de uma melhora progressiva que reduzisse as vulnerabilidades das famílias que recebiam os alimentos. Com o prolongamento da crise sanitária seguiu-se o aprofundamento da crise econômica e muitos grupos tiveram que repensar suas estratégias. Quase todos os grupos envolvidos em doações diminuíram a periodicidade das entregas ao longo de 2020 – de semanais a quinzenais, mensais, e às vezes menos. Essa oscilação, além de interromper o acesso das famílias aos alimentos agroecológicos e dos agricultores à renda, impôs uma dificuldade aos grupos mais novos na sua inserção nos territórios. A isso se soma a sobrecarga de trabalho das pessoas envolvidas nas iniciativas (trabalho muitas vezes invisível como a articulação com lideranças, o contato direto com agricultores, etc) e a dificuldade de incluir mais voluntários nas operações, que limita a expansão das atividades.

Em alguns casos, a questão da capacidade não estava somente ligada ao financiamento ou à quantidade de voluntários, mas à falta de expertise para as diversas áreas do trabalho, que vão desde a relação com os agricultores, captação e comunicação, e a lógica da distribuição. Em nenhuma das iniciativas havia uma expertise prévia em assistência social, desafio que foi levantado por um dos grupos: a lógica de doação envolve tomar decisões delicadas a respeito de prioridades, por exemplo. Para contornar essa dificuldade, a maior parte das iniciativas contou com o apoio de associações e lideranças locais que lideraram os processos de mapeamento, e em alguns casos, em parcerias com equipamentos públicos nos territórios (escolas, UBS, entre outros).

Financiamento e gestão

Todas as iniciativas relataram dificuldades em manter um nível de financiamento adequado às suas atividades ao longo de 2020. Apenas no caso do Ponta a Ponta foi apontada uma situação relativamente confortável das finanças (em parte por contarem com uma doação estável de uma empresa e operarem com uma logística de custo mais baixo) mas reconhecem que grande parte das doações ainda vem dos círculos mais próximos aos integrantes da rede – uma tendência que apenas o Sopão das Manas parece ter superado em alguma medida, dada a visibilidade trazida pelo envolvimento de artistas, por exemplo. No geral, o perfil de financiamento das iniciativas de doação é vinculado às redes de contatos dos integrantes, o que se coloca como um grande desafio para manter e expandir a arrecadação. Em quase todos os casos, após um pico de interesse por parte de apoiadores e outras instituições no início de 2020, foi notada uma diminuição no ritmo da arrecadação no segundo semestre de 2020, e um leve aumento a partir do final do primeiro trimestre de 2021, com mais um agravamento da pandemia.

No caso da comercialização, ainda que os grupos relatem aumento no volume de vendas ao longo do ano passado, ainda há lacunas no financiamento de outras atividades para além da compra direta com agricultores. Em sua maioria, os grupos relataram ter como prioridade a remuneração dos agricultores, daí a necessidade de buscar fundos adicionais para outros pontos da operação. A profissionalização das iniciativas, com remuneração dos integrantes por exemplo, aparece tanto como desafio como horizonte de diversas iniciativas, embora não haja consenso com relação a esse modelo (especialmente entre GCRs e iniciativas de doação) – que se resume na questão levantada em uma das entrevistas "como profissionalizar sem virar um intermediário?"

Produção

Para a maioria dos grupos, a questão do aumento do acesso a alimentos agroecológicos na periferia passa necessariamente por superar obstáculos no campo da produção. No caso do Terra e Liberdade, discutiu-se como os espaços produtivos ainda estão se adaptando à lógica de comercialização atual, muito distinta da dinâmica das compras públicas. Há um entendimento de que mesmo que a comercialização possa se expandir, é necessário mais tempo para reorganizar os espaços de produção – o que foi expressado como "colocar os dois pés no mesmo degrau". No caso das iniciativas que acontecem na Zona Sul de São Paulo, as dificuldades dos agricultores do cinturão, a grande maioria ainda adeptos da agricultura convencional, e os obstáculos enfrentados pela Cooperapas são apontados pelas iniciativas como um fator limitante – nesse contexto o reforço da assistência técnica dentro da perspectiva agroecológica aparece tanto como um desejo como uma condição para a continuidade. A dificuldade entre conciliar a oferta com as expectativas e hábitos de consumidores e famílias beneficiadas (p.ex. uma oferta muito maior de folhas e verduras por parte dos agricultores do que os grupos conseguem absorver) também foi relatada. Outras limitações no campo da produção também se dão na capacidade das próprias comunidades desenvolverem suas estratégias autônomas a partir da agricultura urbana. Seja pela falta de apoio a construção de hortas comunitárias e/ou escolares, e disputas pelo uso do espaço nas periferias com outros interesses econômicos (caso das Mulheres do GAU, por exemplo), percebe-se uma necessidade de avançar no tema da produção autônoma como reforço das iniciativas de vendas e comercialização de alimentos agroecológicos na periferia.

Comunicação e aprofundamento das relações

Considerando a impossibilidade da realização de feiras e outras atividades presenciais mais amplas com consumidores e comunidades, as

iniciativas no geral relatam a dificuldade de aprofundar as relações nos territórios e expandir sua atuação – com desenvolvimento de hortas comunitárias, plenárias e momentos de formação, trocas de experiências entre consumidores e agricultores, entre outros. Iniciativas com experiência na realização de feiras (como CCRU e T&L) tiveram que se adaptar a novas modalidades de relação com/entre consumidores. No geral, as iniciativas veem o peso da comunicação digital como uma aliada e um desafio. Os desafios no campo da comunicação são sentidos em todas as pontas – na comunicação com os apoiadores das campanhas, com os atuais e potenciais consumidores e com as famílias envolvidas nas campanhas de solidariedade. Para além da logística das compras e doações, os integrantes dos grupos também se revezam na alimentação das redes sociais, sites e na comunicação via Whatsapp com agricultores e lideranças nas comunidades atendidas. Em alguns casos, as iniciativas contam com voluntários/militantes específicos para as tarefas de comunicação externa e tecnologia da informação, mas em sua maioria acumulam as funções com as de gestão.

A qualificação da comunicação com os grupos que recebem os alimentos é um ponto que merece atenção, uma vez que foi mencionado em quase todas as entrevistas. Muitas iniciativas levantaram o tema da educação nutricional como sendo um dos desafios com relação à comunicação e aprofundamento das relações com o público consumidor. Especialmente dentre as iniciativas de doação, os grupos sentem dificuldade em garantir a autonomia e dignidade das famílias beneficiadas e ao mesmo tempo vencer uma grande resistência aos alimentos frescos, que muitas vezes destoam dos hábitos alimentares extremamente influenciados pela indústria dos processados. O relato da Casa do Povo, que estrutura sua iniciativa como uma “feira” onde as famílias podem escolher os alimentos é exemplo dessa dinâmica, uma vez que junto aos alimentos frescos eles também oferecem produtos da cesta básica e outros alimentos industrializados, e tem se engajado em um processo de convencimento junto aos beneficiários sobre a importância de um consumo mais saudável e equilibrado.

3.3. Possibilidades de continuidade e construção da autonomia

Apesar das limitações e incertezas do contexto, todas as iniciativas demonstraram interesse em continuar suas atividades, ainda que com adaptações em relação ao modelo original. Mesmo as que surgiram especificamente com a pandemia, que relatam um horizonte de "não precisar mais existir", estão planejando sua continuidade ao longo de 2021. Há uma expectativa de que com a volta de atividades presenciais ao longo do ano seja possível consolidar mais suas presenças nos territórios e avançar em atividades de educação ambiental e nutricional, maior suporte aos agricultores, etc., e possivelmente se retirar do papel de doação de alimentos. No curto prazo, iniciativas de solidariedade esperam continuar contando com o financiamento de apoiadores e campanhas, mas já se movimentam para acessar outros financiamentos, a partir de captação e/ou editais. Apesar de algumas dessas iniciativas terem levantado a possibilidade de associar as doações a algum tipo de comercialização no território, nenhuma relatou planos concretos para isso.

Por outro lado, as iniciativas de comercialização relataram interesse maior de consumidores e consumidoras em acessar os alimentos. No caso do CCRU Diadema isso se refletiu no surgimento de grupos de consumo autônomos, pontos de entrega que se vincularam à rede em 2020. O mesmo tem sido experimentado com Terra e Liberdade. Para essas iniciativas, as possibilidades de continuidade passam por aprimorar seus próprios processos e dinâmicas internas, e garantir que a expansão (principalmente no caso de novos grupos de consumo) siga correspondendo aos princípios políticos das iniciativas (garantir que novos integrantes participem mais e não apenas na logística mais imediata da comercialização).

No momento existem poucas possibilidades relatadas de apoio do poder público, especialmente no nível municipal, a essas iniciativas. Há pouca flexibilidade no trabalho com os entes públicos (como na experiência com o edital para fornecimento de alimentos agroecológicos para a rede de assistência)

que empurra as organizações para um nível de especialização que elas não tem (e muitas vezes não almejam).

Com relação aos laços com a RAMA, percebe-se que embora todos os grupos apontem para a continuação da parceria, em alguns casos esse interesse se dá mais no nível da comercialização e em outros, onde há maior convergência de horizontes, se busca uma integração maior, realização de mais atividades e planejamento conjuntos, etc (CCRU Diadema, Pontes da Terra). Vale destacar também o interesse dos grupos que hoje são próximos da RAMA mas não fazem parte do circuito de comercialização, como Terra e Liberdade, Cesta Aberta, Orgânicas para Todxs e Mulheres do GAU.

4. Aprendizados e conclusões para pensar o acesso a alimentos agroecológicos na periferia da Grande São Paulo

4.1. Reflexão sobre o sentido da sustentabilidade para essas iniciativas

As experiências relatadas nesse estudo apontam para uma capacidade crescente da sociedade civil para construir alternativas em momentos de crise, partindo da ação direta nas comunidades. Essas iniciativas combinaram diferentes estratégias na convergência entre produtores, consumidores e comunidades em situação de vulnerabilidade que resultaram na criação de modelos de solidariedade que se contrapõem ao modelo vigente do sistema alimentar. Mesmo com suas limitações, as iniciativas permitiram uma articulação entre diferentes atores, fortalecendo a aliança entre movimentos do campo e da cidade. O referencial da agroecologia, apesar de nem sempre presente de forma explícita em muitas das iniciativas, resultou em benefícios concretos aos grupos que acessaram os alimentos (via comercialização ou doação) e aos que produzem, ao permitir um acesso estável a esses alimentos sem sofrer com as pressões dos mercados convencionais.

Embora os grupos enfrentem grandes limitações e desafios na sua operação e alcance, a sua atuação não é negligenciável em termos de impacto e mobilização de recursos (como os números das iniciativas demonstram) e principalmente de capacidade de resposta rápida. Foram iniciativas que se formaram ainda nos primeiros meses de 2020 (ou que expandiram suas atividades), atuando em uma situação completamente nova, na qual os desafios do dia-a-dia exigiam flexibilidade e soluções rápidas. A título de comparação, apenas em Novembro de 2020 a prefeitura do munícipio de São Paulo conseguiu executar o chamamento para que produtores e distribuidores de orgânicos pudessem fornecer alimentos para suas ações de distribuição – que só começaram a ocorrer em março de 2021, um ano após o início da pandemia. Nesse cenário, também se destaca a capacidade da RAMA de se adaptar para acolher muitas dessas iniciativas enquanto expandia o seu próprio público de consumidores. Isso corrobora a ideia de que as/os produtores que melhor

resistem e respondem à crise são aqueles que optaram por modelos resilientes de produção e comercialização (como a agroecologia e a economia solidária) em detrimento das unidades produtivas convencionais, que rapidamente se viram afetadas pela pandemia (dependência dos mercados externos, variação nos preços, etc) ((Org.) 2021). Em suma, representam um exemplo importante em um momento de crise, cuja continuidade pode resultar em impactos positivos de longo prazo.

No entanto, há claros limites para essa atuação, especialmente em um horizonte de prolongamento da crise sanitária e de insegurança alimentar, e da quase total ausência de políticas públicas nessa área. O declínio do financiamento via doações de apoiadores (embora essa ainda seja uma fonte importante de renda para os grupos) tem exigido das iniciativas considerar a possibilidade de uma ação mais profissionalizada, que as capacite para receber financiamentos institucionais. As iniciativas precisam, no entanto, avaliar o quanto essas outras fontes podem afastá-las de seus objetivos políticos ou ainda reduzir sua flexibilidade e capacidade de resposta rápida.

Nesse sentido, o objetivo da sustentabilidade está intrinsecamente ligado à construção de um horizonte político de autonomia e de fortalecimento das coletividades. É o que sustenta iniciativas mais longevas como o CCRU Diadema, a Casa do Povo e a cooperativa Terra e Liberdade. Algumas iniciativas caminham nessa direção, mas há ainda entre os grupos uma visão um tanto restritiva do sentido da autonomia, que a equivale ao empoderamento individual das famílias, mais do que um horizonte coletivo. Se há, em muitos casos, uma inserção ativa dos sujeitos periféricos no acesso a esses alimentos, seja pela participação direta nas iniciativas de solidariedade como voluntários, seja como consumidores dos GCR, no geral, dentro da amostra que avaliamos, o protagonismo ainda é baixo. As possibilidades de sustentabilidade também vão depender em parte em como essas iniciativas conseguirão garantir maior adesão em um contexto de retomada de atividades presenciais e aumento da demanda

do dia-a-dia dessas famílias (busca por trabalho remunerado, acúmulo de 'bicos' com as tarefas domésticas, etc.).

Por fim, é importante ressaltar que embora o horizonte político de autonomia seja importante, não exime o Estado de suas responsabilidades. A solidariedade articulada por essas iniciativas e tantas outras, além de responder a uma situação de urgência, gera sentidos de colaboração e ajuda mútua que são importantes referenciais. Mas não podem deixar de afirmar as razões estruturais da insegurança alimentar, e a omissão do Estado em garantir o direito à alimentação adequada.

4.2. Caminhos para continuidade

A partir das entrevistas e discussões com equipe da SOF, foi possível identificar algumas ideias para a continuidade das iniciativas na sua relação com a RAMA. Além dessas, fica clara a necessidade de conhecer melhor essas iniciativas, além de outras que têm surgido e não foram abordadas pelas limitações de tempo e espaço desse estudo. Outro ângulo essencial para compreender o acesso aos alimentos agroecológicos na periferia de São Paulo que não foi abordado por essa reflexão é exatamente o dos consumidores/beneficiários, que tiveram acesso a esses alimentos. Compreender melhor a sua inserção nesse processo, sua relação com os alimentos, possibilidades de precificação dos alimentos agroecológicos nesse contexto, considerando recortes de gênero e classe, é uma peça fundamental para entender as possibilidades no acesso a esses alimentos nas periferias.

Essas são algumas das sugestões a serem discutidas coletivamente, organizadas a partir de três eixos principais: Fortalecimento da RAMA e Ferramentas para o trabalho em rede; Fortalecimento das iniciativas para além dos circuitos de comercialização; e Comunicação e Aprofundamento das Relações. Sua adesão vai depender das capacidades e da prioridade para dar continuidade a essas iniciativas.

Fortalecimento da RAMA e ferramentas para o trabalho em rede

Com a entrada de novos grupos na RAMA, e com as inúmeras iniciativas de solidariedade e de ampliação do acesso a alimentos agroecológicos na cidade de São Paulo além dos identificados neste estudo que surgiram ou se fortaleceram ao longo de 2020, novas necessidades de animação e acolhimento de grupos surgem dentro da rede. Dentre os entrevistados, é unânime o desejo de atuar de forma mais articulada com as outras iniciativas, seja para aumentar o impacto, diminuir custos de logística e aprofundar as trocas de saberes. Para muitos grupos, seria importante caminhar de uma relação mais individualizada (de uma integrante do coletivo com uma pessoa da equipe técnica da SOF, por exemplo) para uma inserção maior nas atividades da rede.

A RAMA é considerada uma referência para as iniciativas, e pode usar seu saldo organizativo e as ferramentas que desenvolveu ao longo do tempo para facilitar a integração dos novos grupos e reforçar o trabalho em rede. Dessa forma, o fortalecimento da RAMA a partir de uma maior institucionalização (obtenção de espaço próprio, criação de cooperativa, remuneração de integrantes da Rede) pode ser considerado um horizonte de médio prazo para a continuidade e sustentabilidade. Ao mesmo tempo, é possível considerar um remanejamento dos grupos e seus integrantes para que atuem em frentes específicas, e otimizar suas experiências. Por exemplo, grupos que distribuem alimentos na mesma região ou regiões vizinhas podem se conectar para reduzir custos e aumentar o alcance? Iniciativas que já não conseguem seguir com a logística completa de compra e doação, mas que seguem mobilizando recursos e têm impactos nas redes não poderiam assumir tarefas específicas de comunicação e captação no âmbito da RAMA e da rede de GCRs?

Para apoiar alguns desses objetivos, ferramentas foram levantadas nas entrevistas e reflexões com as iniciativas:

- Criação de espaços constantes de construção de capacidades e trocas de experiências com os grupos recém-inseridos, que possam tratar desde questões logísticas até formação política.
- Fortalecer o grupo Feminismo&Agroecologia para que ele possa assumir algumas tarefas nessa animação dos novos grupos.
- A partir da Rede de GCRs, considerar fazer um chamamento de outras experiências não vinculadas à RAMA para fazer discussões mais ampliadas (como uma espécie de Fórum).
- Fazer um mapeamento mais amplo dessas iniciativas (a partir por exemplo de um formulário que possa ser facilmente preenchido e que já gere as informações sistematizadas).
- A criação de ferramentas digitais específicas para as campanhas e iniciativas de solidariedade, (como uma plataforma que reúna grupos que estejam trabalhando com a mesma rede de agricultores e possam centralizar as doações e distribuí-las de forma mais direta aos agricultores).

Fortalecimento das iniciativas para além dos circuitos de comercialização

Todas as iniciativas reconhecem a necessidade de integrar o acesso a alimentos agroecológicos a outras ações estruturantes no tema da segurança e soberania alimentar. O fortalecimento da agricultura urbana, desenvolvimento de hortas comunitárias, apoio aos agricultores, são sempre apontados como complementares na perspectiva de aprofundar essas experiências. No contexto urbano, isso implica também em incidir em discussões sobre o uso do espaço e da terra.

No contexto do pós-pandemia, e das discussões sobre a retomada econômica e das condições de vida das pessoas na periferia da Grande São

Paulo, é necessário que os grupos que desenvolveram essas iniciativas ocupem espaços para pautar o acesso a alimentos agroecológicos como parte dessa retomada. Nesse sentido, parte da sustentabilidade passa por pensar em formas de atuação conjunta de enfrentamento para pressionar por políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e reforço da agricultura urbana e periurbana (retomada do PNAE com compras da agricultura familiar, políticas de assistência técnica para o cinturão verde, acompanhamento das discussões do Plano Diretor e seus impactos para o uso da terra, entre outros). Mesmo a abertura de canais pontuais de comunicação com o poder público municipal/estadual, para apresentação das iniciativas em curso, e visibilizar o trabalho dos grupos durante a pandemia pode render pequenos avanços do ponto de vista da logística, como uso de espaços para armazéns, alternativas de transporte, etc – o mesmo vale para o fortalecimento de canais já existentes, como o do CCRU-Solo com a UFABC.

Além disso, levar as experiências de solidariedade e acesso a alimentos agroecológicos para os espaços onde os grupos já estão é fundamental para dar um sentido mais estratégico para essa atuação. No caso da RAMA, urge reforçar a sua integração dentro da MMM, onde as políticas de enfrentamento à pandemia estão sendo pautadas, e onde há uma enorme capilarização no território na periferia da Grande São Paulo. Cabe lembrar que dentre as iniciativas de solidariedade, a maior parcela de beneficiárias são mulheres chefe de família (em sua maioria negras). Uma maior integração não apenas aprofundaria a discussão política sobre a democratização do acesso a alimentos, como pode ajudar na distribuição de tarefas ligadas à comunicação, formação política, entre outras. Além da MMM, é importante considerar o Galpão Agroecológico como ponto dinamizador dessas discussões, a partir das diversas iniciativas que se articulam em torno dele, para além das identificadas neste estudo. Reforçar a existência do Galpão não só como entreposto de alimentos mas como ponto de encontro, formação e discussão de estratégias conjuntas pode ser uma estratégia de fortalecimento da rede.

Comunicação e aprofundamento das relações

Todas as iniciativas relataram o desafio de reforçar a sua comunicação com apoiadores e com o público que acessa os alimentos (inclusive como uma estratégia de enraizamento). Muitos também apontaram o desejo de visibilizar mais a experiência da RAMA e suas agricultoras em suas comunicações, o que pode representar uma oportunidade para a Rede, que hoje não conta com canais próprios de comunicação externa. As iniciativas que hoje adquirem produtos da RAMA somam um público de mais de 13700 pessoas apenas no Instagram, e acrescentando as iniciativas identificadas neste estudo que são próximas mas que não estão diretamente vinculadas, o número sobe para quase 55 mil pessoas. Nesse sentido, essas experiências podem avançar não apenas na sua visibilidade, mas na sensibilização do público em geral acerca do seu horizonte político a partir de uma estratégia de comunicação que pode incluir: 1) Produção de materiais para as redes sociais dos grupos recém inseridos e parceiros (cards, versões editadas dos vídeos da RAMA, links para as publicações); 2) Participação e promoção de eventos conjuntos como oportunidades de divulgação e formação (lives, webinars, podcasts); 3) Produção de materiais informativos que possam ser incluídos nas cestas de alimentos comercializadas e doadas (folders, cartões postais, etc) que falem sobre a trajetória da RAMA a diversidade de produtos, etc. Outra forma de aprofundar a visibilidade da RAMA pode ser a partir da construção de relações diretas com associações e lideranças de bairros já identificadas por algumas iniciativas apresentadas aqui. Estabelecer pilotos de comercialização direta (GCRs ou feiras, quando for possível) diretamente em algumas comunidades com mais experiência organizativa e que já tiveram contato com a RAMA por meio das iniciativas de solidariedade pode ser um dos caminhos de continuidade que alcance os objetivos desejados para esse estudo (ampliar o alcance de alimentos agroecológicos nas periferias de São Paulo).

Referências

Miriam Nobre (Org.). Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021.

Galindo, Eryka, et al. Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Working Paper Series Food for Justice, 2021.

Instituto Escolhas. Mais perto do que se imagina: os desafios da produção de alimentos na metrópole de São Paulo. Estudo, São Paulo: Instituto Escolhas, 2020.

Instituto Ibirapitanga. Territórios de acesso à alimentação saudável e seus tecidos sociais. 30 de abril de 2021. ibirapitanga.org.br/historias/territorios-tecidos-sociais/ (acesso em 03 de maio de 2021).

Jancz, Carla, et al. Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2018.

Ligue os Pontos. Projeto Ligue os Pontos. Relatório Fase 2. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2020.

MIRA, Pamella Mattar, Camila Silva IUNES, Luiz Octávio RAMOS-FILHO, Marcos Corrêa NEVES, e Joel Leandro de QUEIROGA. "Consumo Responsável e Economia Solidária como Estratégia de Comercialização para Agricultura Familiar." Anais do AGROECOL 2018. Campo Grande: AGROECOL - Redes de Comercialização de Produtos Agroecológicos e Economia Solidária, 2018.

Organis. Pesquisa Consumidor Orgânico 2019. Pesquisa de Opinião, Curitiba: Conselho Nacional da Produção Orgânica e Sustentável , 2019.

PMSP. Quem são os produtores agrícolas da Zona Sul de São Paulo? Informe do Projeto Ligue os Pontos, São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2020.

Rede PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.

Anexo I - Caracterização das Iniciativas

Terra e Liberdade

Tipo de Iniciativa: cooperativa vinculada ao MST

Início das atividades: 2016

Modalidade de acesso: comercialização via compra direta / GCR e iniciativas de doação.

Histórico da iniciativa: no contexto da regional grande SP começaram com o golpe de 2016 a explorar iniciativas de mercado direto para fazer frente ao declínio das políticas públicas de comercialização. Já havia iniciativas esporádicas de comercialização e construção de pontes entre os agricultores e consumidores – feiras no Instituto Chão, por exemplo. Começaram a partir de entregas quinzenais no sindicato dos funcionários da USP, e foram se expandindo através da formação de Grupos de Consumo Responsável na cidade de São Paulo. Em 2018, receberam o apoio do Fundo Socioambiental CASA e conseguiram avançar mais na sustentabilidade do projeto.

Fornecimento dos produtos agroecológicos: os alimentos que compõem a cesta são produzidos nos espaços da Reforma Agrária da Regional Grande São Paulo do MST, em 2 assentamentos (Dom Tomás Balduíno em Franco da Rocha e D. Pedro Casaldáliga em Cajamar) e 1 acampamento (Irmã Alberta no bairro de Perus).

Pessoas envolvidas / tipo de Trabalho / fonte de financiamento: 8 pessoas no total, metade são militantes orgânicos do MST. Quase 80% do trabalho foi voluntário/militante, mas começa a se profissionalizar com 3 pessoas remuneradas e 1 pessoa com ajuda de custo. Financiamento provém principalmente da comercialização.

Logística: 2 logísticas semanais (1 para os pontos de revenda e 1 para grupos de consumo). Inicia com o mapeamento da produção (2x/semana - momento também é de trabalho de base, entender as questões dos assentamentos, planejar compra de insumos, etc), listar a produção disponível, fazer o pedido e estabelecer o roteiro da entrega (possuem transporte próprio). Há um segundo mapeamento para os pedidos via site (TI é feito de forma voluntária). Entregas quinzenais revezadas para os grupos de consumo (em locais estabelecidos) e das cestas do site (entrega porta a porta e pontos de retirada).

Estimativa dos números da iniciativa: estimativa de 2021 (janeiro a maio): 14 mil unidades e maços de verduras e temperos; 14,4 toneladas de frutas e legumes comercializados; R$52.400 em valor dos produtos comercializados.

Público que acessa os alimentos: pela comercialização tem os públicos do grupo de consumo e de venda direta pelo site, além de alguns pontos de comercialização (como o Armazém do Campo). Pelos grupos de consumo, tem 2 organizados na Zona Norte, 1 na Vila Mariana (Mariana em Movimento), 1 na Zona Leste, 1 em Santo André. Composição dos grupos é bastante diversa, com níveis maiores ou menores de adesão à proposta política do MST, mas na maioria de perfis que apoiam o movimento. Na zona leste o perfil é mais popular, as cestas são comercializadas com um preço mais baixo. Pela comercialização direta via site (hoje o maior público de comercialização) notam que é um perfil de classe média, ou de trabalhadores com condições de vida melhores, que se alinham à proposta do movimento – público se concentra na região mais central.

Pelas doações se engajaram em muitas iniciativas ao longo de 2020, com doações feitas para as Aldeias Guarani da Zona Norte de SP, para o Coletivo de Mães da Moradia Estudantil da USP (CRUSP), para os Mutirões do Bem Viver e doações do próprio MST como parte da estratégia de solidariedade do movimento, aproximando campo e cidade. Além disso fornecem alimentos para iniciativas fixas de doação, lideradas pelo grupo de consumo da Vila Mariana (40 ou 50 cestas doadas periodicamente com apoio do Conselho Tutelar), pelo coletivo Anti-Corpos Agroecológicos e pelo Sinsprev (modalidade compre uma, doe outra – doações para a iniciativa do Pe. Julio Lancellotti).

Especificidades da pandemia: observaram crescimento de pedidos tanto pela via da comercialização quanto para apoiar iniciativas de doações, mas com isso aumentou a complexidade do trabalho (especialmente entrega porta a porta). Chegada de companheiros remunerados também modificou o trabalho, mas ainda veem desafios em atender a demanda e manter o papel social do movimento. Impossibilidade de fazer feiras dificulta uma aproximação mais direta com consumidores e diversificar as estratégias de escoamento.

Envolvimento da comunidade: varia entre os grupos – na comercialização com GCR há mais engajamento – pandemia também mudou um pouco essa dinâmica (visitas dos grupos aos assentamentos, etc).

Horizonte político / enraizamento no território: se insere na lógica própria do MST junto aos acampados/assentados e de estratégia de construção de solidariedade campo-cidade. Percebem que a maioria do público consumidor se alinha à proposta do movimento. Com mais capacidade acreditam que conseguiriam se enraizar em outros territórios onde já tem relações iniciadas.

Desafios de sustentabilidade: "colocar os dois pés no mesmo degrau". A comercialização aumenta, mas a produção demora pra corresponder. Não conseguem abrir mais cestas para venda, por exemplo, pois o tempo de reorganizar os espaços de produção é maior, espaços estão

no limite. Lógica da comercialização atual é distinta do das compras públicas (menos quantidade, mais qualidade), agricultores ainda estão se adaptando. É preciso continuar reforçando laços de confiança e avançar na transição agroecológica. Profissionalizar a cooperativa (hoje contam apenas com um CNPJ de associação e com pendências) para poderem acessar mais financiamento, remunerar as pessoas envolvidas na operação de forma justa.

CCRU Diadema

Tipo de Iniciativa: coletivo de Consumo Responsável

Início das atividades: 2014

Modalidade de acesso: Compras coletivas diretas da agricultura familiar/camponesa e Iniciativas de doação

Histórico da iniciativa: O Coletivo de Consumo Rural Urbano foi fundado em 2014 como parte de uma frente para alimentação dentro do movimento de moradia em Diadema. Estão vinculados à Associação Oeste de Diadema, que foi criada em 1980 no âmbito da luta pela moradia e que na época assentou mais de 8000 famílias. O CCRU então nasce nesse contexto, com objetivo de promover a aliança campo-cidade a partir da visão política da Associação. Associação teve outras experiências de compras coletivas ainda na década de 80, mas nenhuma foi pra frente. Com a criação do CCRU conseguiram retomar a discussão e fazer essa frente se consolidar.

A partir do fortalecimento dessa experiência passaram a se relacionar com a UFABC via projetos de extensão e assim surgiu o CCRU-Solo – são iniciativas separadas dentro de uma mesma rede. Além disso, tem organizado outros pontos vinculados a essa rede em locais diferentes no ABC (10 pontos). CCRU Diadema cuida dos pontos, mas querem que no futuro sejam grupos autônomos.

Fornecimento dos produtos agroecológicos: prioridade para assentamentos e produtores do entorno. Varia um pouco mas os principais fornecedores são o Assentamento Ipanema, a Coopafasb (Cooperativa da agricultura Familiar de Sete Barras-sp), a RAMA e agricultores da região da barragem.

Pessoas envolvidas / tipo de Trabalho / fonte de financiamento: 8 pessoas na gestão CCRU Diadema / e no CCRU Solo são 6 pessoas. Todos voluntários/militantes. Com projeto de extensão conseguem bolsas com alunos da universidade (2 bolsistas remunerados). Comercialização custeia a operação (incluem 10 a 20% no valor dos alimentos pra custear o frete)

e conta com apoio da Associação Diadema (compra de câmara fria e caixas). Para as campanhas de doação (Hortas e Aldeias / Agroecologia e Solidariedade de Classe) coletaram doações de apoiadores via canais de comunicação e pelo site vakinha.

Logística: realizam entregas de 15 em 15 dias, com a venda de cestas e entregas para os demais pontos da rede (que se organizam como pequenos grupos de consumo - para abrir um novo ponto é preciso ter pelo menos 10 pedidos). Um integrante do coletivo faz todo o transporte dos produtores e leva para a associação. Dali são separados os produtos para entregas e doação.

Estimativa dos números da iniciativa: 120 cestas por ciclo de comercialização; 327 cestas pela campanha solidariedade de classe (R$10.000 para agricultores); 400 cestas pela campanha hortas e aldeias (R$11.000 para agricultores).

Público que acessa os alimentos: pela comercialização o público se concentra na região do ABCD e bairros próximos em SP, com perfil de classe média e em alguns casos em bairros mais periféricos (Jd. Esperança, Jd. Claudia). Quando faziam feira na associação, o perfil era mais de pessoas do local (Vila Socialista). Para as doações, exceto pela campanha com as aldeias, todos os alimentos foram distribuídos na região da Associação (Vila Conceição e Vila Socialista), no geral para famílias que perderam emprego/renda com a pandemia.

Especificidades da pandemia: já tinham atuação antes e consideraram parar - decisão política de seguir com tudo o que fosse possível de forma remota, e adaptando a logística para fazer apenas retirada/entrega, e não a feira. Sentiram aumento no interesse tanto do consumo direto (aumento de 80 pedidos para 120) quanto na formação de grupos autônomos vinculados ao CCRU. Outra adaptação foram as campanhas de doação, que até então não existiam - conseguiram mais doações no começo, mas sentiram uma diminuição.

Envolvimento da comunidade: coletivo é vinculado à associação que é referência no território. Com as feiras e atividades presenciais (plenárias na sede da Associação etc) a relação com a população do território era melhor. No caso das doações, é fundamental a participação da comunidade a partir da Associação, onde o cadastro de famílias beneficiadas foi feito.

Horizonte político / enraizamento no território: alto nível de enraizamento no território a partir da atuação da Associação, e vinculado a um projeto político de construção da soberania alimentar no âmbito do movimento de moradia. A própria associação é um movimento formado a partir de um partido marxista. Colaboram com outros movimentos de moradia, sindicatos, etc. A frente levada pelo CCRU ajuda a trazer os camponeses para essa discussão, visão política de aliança campo-cidade.

Desafios de sustentabilidade: organização dos pedidos (tentando diferentes plataformas online, atualmente testando um aplicativo). Aumentar a participação das pessoas que estão na compra coletiva mas não participam tanto da logística e do projeto político é desafio também. Desafios gerais da conjuntura (desemprego, fome, continuidade da pandemia).

Perspectivas para o próximo período: planejam ampliar cada vez mais (principalmente na periferia) porque a conjuntura é de fome, corte de politicas publicas, etc, e querem estar junto com os trabalhadores. Querem poder retomar as feiras e diversificar formas de entrega. Fortalecer essa rede de grupos novos, não só a logística, mas a autonomia também. Fortalecer aliança com outros grupos com a RAMA, participar das vivências, estreitar os laços.

Ponta a Ponta

Tipo de Iniciativa: iniciativa de solidariedade - doação de alimentos

Início das atividades: maio de 2020

Modalidade de acesso: doação periódica de alimentos agroecológicos da agricultura familiar/camponesa

Histórico da iniciativa: surge a partir dos desafios colocados pela pandemia, principalmente a dificuldade de escoamento da produção de produtores do cinturão verde de São Paulo. Idealizado por Sol Horti, professora da rede estadual, que a partir da sua atuação como conselheira no Campo Limpo, se articulou com grupos da região que estavam envolvidos na distribuição de cestas básicas - a cesta básica pros alunos não era suficiente para atender as necessidades nutricionais das crianças e seus familiares (e nem todo mundo recebia cesta básica). De um lado pessoas que precisavam de alimentos (pais de alunos desempregados ou com perda na renda), e de outro produtores não conseguindo escoar. O projeto nasce então para captar recursos para unir as duas pontas. Começaram a arrecadar recursos (9 mil) em uma campanha em Maio de 2020 que resultou numa doação de 250 cestas com produtos frescos para a União Popular de Mulheres, com a utilização de um intermediário (Fresco). Depois dessa experiência fizeram mais algumas doações com grupos no Campo Limpo (Ag. Solano Trindade p.ex.) até chegarem no modelo atual. Chegaram na escola onde estão agora na Lapa por intermédio de um amigo professor. Desde maio/junho do ano passado operam com doações para a comunidade escolar da EE Professor José Monteiro Boanova, no bairro da Lapa.

Fornecimento dos produtos agroecológicos: RAMA, Cooperquivale e dois agricultores do cinturão verde.

Pessoas envolvidas / tipo de trabalho / fonte de financiamento: contam com uma equipe de gestão com 3 pessoas (2 voluntárias, 1 recebe ajuda de custo), além de 4 voluntárias que apoiam na montagem das cestas. Financiamento via doações da rede de apoio, por doações mobilizadas pelo Instituto Kairós, e uma doação constante de uma empresa (2 mil reais/mês). Financiamento tem sido suficiente e inclusive permitido compras pontuais para outros territórios.

Logística: no modelo atual calculam a oferta a partir das necessidades das famílias (4 pessoas / 15 dias) pensada nutricionalmente - já fizeram semanais e agora estão quinzenais. Pedem o oferecimento dos produtos e batem com esse primeiro mapeamento. Fazem o pedido e os próprios produtores entregam diretamente na escola onde as cestas são montadas e distribuídas (exceção da RAMA que entrega no Galpão - pagam o frete até a escola). Montam as cestas que são distribuídas para a comunidade escolar que vai buscar no local (famílias que têm filhos na escola e famílias do entorno).

Estimativa dos números da iniciativa: 9600 kg de alimentos distribuídos, 4606 famílias atendidas, total arrecadado 29.800 reais (entre PaP e Instituto Kairós) - 2020.

Público que acessa os alimentos: alunos e famílias da escola e das escolas do entorno (Lapa, Vila Leopoldina, Jaguaré, Pirituba). Mas já participaram de ações pontuais que alcançaram famílias em outros bairros mais periféricos de SP.

Especificidades da pandemia: aumento na procura pelas cestas ao longo do tempo (25 cestas, depois foi para 30, depois 40, depois 50 e pararam em 65), mas também de pessoas dispostas a apoiar o projeto (com parte das vendas, etc).

Envolvimento da comunidade: chegaram na escola em maio de 2020, mas com a pandemia não conseguiram envolver muito as famílias. Existe essa expectativa, de envolvimento com atividades na escola, nas áreas de educação nutricional, segurança e soberania alimentar. Objetivo é promover a autonomia das famílias.

Horizonte político / enraizamento no território: enraizamento no território em construção (chegaram na escola a partir da indicação de um amigo professor). Maior parte das relações partem da rede da própria Sol, com diálogo com outras organizações para ações pontuais (pensar frete em conjunto por exemplo), mas há interesse em expandir as relações. Tem um horizonte declarado de promover soberania alimentar que se expressa mais na questão de educação nutricional.

Desafios de sustentabilidade: financiamento chegou a ser um desafio no momento, mas não tem sido um gargalo (a operação também tem custo baixo). Também tiveram desafios com o frete, mas consideram ter chegado num ponto bom da logística. Reconhecem que o maior

desafio está na comunicação tanto com as pessoas que recebem os alimentos, quanto com apoiadores (financiamento ainda muito concentrado no círculo mais próximo de relações). Para o modelo que adotaram, que é mais simples (retirada num ponto fixo, agricultores fazem maior parte das entregas, pessoas com renda garantida podendo dedicar seu tempo) parecem ter atingido um nível de sustentabilidade desejado.

Perspectivas para o próximo período: nasceu numa questão emergencial, mas entendem que o projeto é necessário enquanto tiver fome. Perspectiva de trabalhar com educação nutricional, caminhar para um lado nutricional (hortas na escola, utilização de pancs etc). Horizonte de construir autonomia e ambiente de trocas com as famílias e os produtores (economia circular, compartilhamento de saberes).

Pontes da Terra

Tipo de Iniciativa: iniciativa de solidariedade iniciada na pandemia que tem por missão ir além da doação de alimentos, incorporando a luta pela democratização de alimentos agroecológicos, promoção da agroecologia e partilha de práticas de educação socioambiental.

Início das atividades: março 2020

Modalidade de acesso: doação periódica de alimentos agroecológicos da agricultura familiar/camponesa.

Histórico da iniciativa: começaram em março de 2020, como um grupo de mulheres atentas aos desafios dos pequenos produtores que não conseguiam escoar os produtos (sem feiras, PAA ou PNAE), na cidade o aumento do desemprego e alta no preço dos alimentos. Começaram a arrecadar recursos de doação de amigos, redes, enviando mensagens por whatsapp e assim garantiram uma ação de solidariedade (Associação Mãos de Maria em Paraisópolis). A partir disso decidiram estruturar melhor o processo e pensar uma logística mais robusta, e com uma doação do Ministério Público do Trabalho conseguiram manter a iniciativa.

Fornecimento dos produtos agroecológicos: Cooperquivale, RAMA, produtores de São Luís do Paraitinga e Sarapuí, Assentamento Irmã Alberta. No início fizeram um mapeamento de produtores e associações que poderiam organizar as doações e chegaram a comprar de 46 produtores diferentes. Pensaram que seria melhor ter relações permanentes e por isso reduziram. Hoje doam para 8 associações, e compram de 8 pequenas e pequenos produtores.

Pessoas envolvidas / tipo de trabalho / fonte de financiamento: gestão tem 7 mulheres (todas são voluntárias/militantes, não são remuneradas), mais uma rede apoiadores também voluntários

(comunicação, redes sociais). Vivem de doações e mais recentemente da doação do MPT, que é exclusiva para compra de alimentos e transporte, não cobrindo outros custos da operação (trabalho delas por exemplo). Estabeleceram uma frente para captar recursos com empresas e editais, mas ainda não tiveram resultado. Receberam uma doação do Fruta Imperfeita na campanha de Natal, e decidiram seguir a parceria (possibilidade dos consumidores do FP doarem para o projeto) incluindo recursos para compra de alimentos e institucional.

Logística: tiveram muitas dificuldades na logística, por isso também reduziram número de agricultores e associações beneficiadas. Agricultores mandam oferta (a princípio era quinzenal, mas com redução nas doações tem oscilado um pouco), e elas compram cerca de 300 quilos por compra. Logística do transporte vai depender de cada agricultor, elas também fazem transporte se necessário, ou incluem o frete na nota dos produtores. Por conta das doações institucionais precisam ser muito cuidadosas com as notas, e isso foi muito difícil de resolver com as agricultoras. A partir daí reúnem os alimentos comprados e fazem os contatos com as lideranças das associações que vão receber os alimentos. Tentam organizar as doações de acordo com a proximidade dos agricultores. Essa liderança faz a articulação com a comunidade, quem monta as cestas são as associações.

Estimativa dos números da iniciativa: R$120.000,00 na compra de alimentos agroecológicos; 34 toneladas de alimentos doados; 46 produtores; 31 organizações sociais; + de 8,5 mil cestas de alimentos agroecológicos doadas.

Público que acessa os alimentos: Hoje 8 associações em bairros periféricos recebem as doações, organizaram de forma que haja proximidade geográfica entre os agricultores e as associações. Jd. São Jorge (Irmã Alberta), Morro da Lua/Jardim Ingá (RAMA), Jd. Keralux e Emef Leonel França (SLP), Sapopemba e Amaparar/Itaquera (Coop. CAMAT), Parelheiros - Ass. Pequeno Príncipe (Regiane - Agric. Parelheiros), Jd. da União/Grajaú (Cooperquivale).

Especificidades da pandemia: Mudaram a forma de fazer as doações ao longo do ano, e ficaram um período sem conseguir fazer, recebendo muitos pedidos de ajuda, tanto das comunidades que já tinham sido beneficiadas como de outras - sentem a demanda aumentando, ao mesmo tempo que o ritmo delas diminuiu (15 em 15 – agora mensais).

Envolvimento da comunidade: A partir da rede de contato as potências associações parceiras foram aparecendo e foram estabelecendo fortes laços com as lideranças. Já conseguiram ir em todas as associações que atuamos com maior frequência e estão nos estruturando para fazer outras atividades além da doação de alimentos. Envolvimento se dá a partir das associações que são bastante ativas.

Horizonte político / enraizamento no território: Estão preparando outras atividades para além da entrega de alimentos nos territórios, a fim de conhecer mais as famílias da organização e promover rodas de conversa acerca de temas sobre memórias da alimentação, agricultura familiar, agroecologia, agronegócio, alimentos com agrotóxico e ultraprocessados. Este momento estava sendo esperado pela pandemia e por esperar uma iniciativa/vontade das próprias associações. Nesse sentido, estar no galpão e fazer a compra da RAMA ajuda muito a conhecer outros grupos e outras possibilidades.

Desafios de sustentabilidade: Desafios de logística foram sendo contornados para fazer uma logística mais inteligente, para gastar menos e diminuir as distâncias. Trabalho com as pessoas nas comunidades é um desafio – como fazer trabalho educativo que seja uma construção conjunta, troca de saberes. Desafio do tempo para cada uma disponibilizar, uma vez que não estão sendo remuneradas - como valorizar o trabalho das pessoas.

Perspectivas para o próximo período: Pretendem seguir e se formalizar como associação para se inscrever em editais e outras possibilidades. Também estão considerando outras formas de se sustentar – oferecer serviços para venda, fazer uma espécie de grupo de consumo responsável, e no curto prazo, então preparando uma campanha de financiamento coletivo.

Coletivo Orgânicas para Todes

Tipo de Iniciativa: Iniciativa de Solidariedade - doação de alimentos

Início das atividades: 2020

Modalidade de Acesso: Comercialização direta/Doação periódica de alimentos agroecológicos da agricultura familiar/camponesa

Histórico da iniciativa: Grupo de mulheres com atuação na região do Grajaú, algumas vinculadas à Associação Imargem, com relações estabelecidas com agricultores da região (Barragem - Ilha do Bororé - Parelheiros). A partir de uma preocupação com os agricultores da região que perderam consumidores (bares e restaurantes) começaram a buscar formas de escoar essa produção. Organizaram algumas doações a partir de iniciativas da Fundação Tide Setubal e da própria Associação Imargem, até decidirem adotar o formato atual (compra de cesta dupla para doação).

Fornecimento dos produtos agroecológicos: Agricultores do cinturão de Parelheiros, Ilha do Bororé e Barragem.

Pessoas envolvidas / Tipo de Trabalho / Fonte de financiamento: 6 mulheres voluntárias fazem todo o trabalho. Ano passado tiveram um apoio do Fundo Fica, que garantiu uma remuneração para as 6 mulheres. No momento o financiamento vem somente da comercialização, de onde só conseguem tirar margem suficiente para pagar os agricultores.

Logística: abrem quinzenalmente uma oferta de cestas para comercialização via Instagram. Funcionam no esquema de cesta duplicada (você compra uma cesta e paga o mesmo valor por uma cesta para ser doada). A esse valor se soma o frete dos produtos (entregas em casa). Toda a logística é feita pelo grupo (venda, instagram, pedido pro agricultor, transporte dos produtos). Pedem a disponibilidade, montam a lista (preços da Cooperapas), publicam no Instagram, recebem o pedido pelo formulário + whatsapp, mandam pros agricultores, buscam e levam para os pontos de separação. Recebem 10 a 20 pedidos por semana. Trabalham direto com os agricultores - tentaram com Cooperapas mas perceberam muitas dificuldades, então preferiram cultivar relações direto com os produtores. A logística da doação acontece ao mesmo tempo, mas a entrega final demora um pouco mais. Para facilitar a logística decidiram ir atrás de organizações que já estavam fazendo distribuição (casar com cesta básica etc).

Estimativa dos números da iniciativa: 37.604,84 reais nos caixas dos agricultores e agricultoras de Parelheiros, levando 9500 kg de alimento para 1600 famílias; apoiaram 3 hortas comunitárias (jan. 2021).

Público que acessa os alimentos: Na comercialização percebem público de classe média alta (Higienópolis, Perdizes, Vila Madalena, Santa Cecília). Quantidade varia mas tem pelo menos 10 clientes fiéis que permitem manter a dinâmica das doações. 3 a 4 pessoas que consomem que são do Grajaú (com frequência menor – professoras p. ex.). Nas doações começaram entregando pra algumas instituições, associações de moradores e escolas do Grajaú, além de pessoas que atendiam nos projetos da Associação Imargem, e outras pessoas que conheciam (mães solo por ex.). Percebem o recorte de classe/racial nessa diferença entre público da comercialização (branco/classe média) e da doação (mulheres negras principalmente).

Envolvimento da comunidade: Na operação própria ainda não tem muito envolvimento das comunidades, apenas em algumas partes do processo (quando doações chegam nas associações, por exemplo).

Horizonte político / enraizamento no território: Nível alto de enraizamento no território, a partir da associação que em si tem 3 coletivos (Imargem, Navegando nas Artes, o Que cabe no meu Prato) e relações com a Rede do Fundão do Grajaú, Unigraja, além de outros coletivos (região com bastante movimentação, especialmente cultural, socioambiental). O horizonte político do acesso a alimentos agroecológicos na periferia é bastante claro, com reflexões

críticas sobre as dificuldades de escoar a produção do cinturão na própria região. Tiveram inclusive experiência com um grupo de consumo responsável na Ilha do Bororé mas não conseguiram dar continuidade.

Desafios de sustentabilidade: Valor do transporte – usam os próprios carros (que não são só delas). Desejam ter mais pessoas na rede (decidiram ter só mulheres no coletivo), mas esbarram nos desafios da pandemia (trabalho presencial), e de tempo/remuneração. Ao mesmo tempo refletem criticamente sobre a necessidade de remuneração vs. a importância desse trabalho ser militante. De todas as iniciativas, é a que parece ter o modelo que mais pode enfrentar problemas para se sustentar ao longo do tempo, uma vez que o esquema de cesta duplicada não é barato para o consumidor.

Perspectivas para o próximo período: Experiência reforçou a percepção da desigualdade no acesso aos alimentos. Apesar de estarem num pólo produtor, comunidades não acessam os produtos orgânicos produzidos ali, que vão para o centro (Institutos, feiras orgânicas, etc). Planos/desejos para o futuro passam por criar mais alternativas de acesso no território (um armazém agroecológico p.ex.) e apoiar a Cooperativa e os agricultores (assistência técnica). Estão no processo de refletir como viabilizar esses projetos.

Projeto Cestas Abertas (Casa do Povo)

Tipo de Iniciativa: Iniciativa de Solidariedade - doação de alimentos

Início das atividades: 2020

Modalidade de Acesso: Doação periódica de alimentos convencionais e agroecológicos da agricultura familiar/camponesa

Histórico da iniciativa: O projeto Cestas abertas é uma ação regular que distribui alimentos e itens essenciais para uma rede de 250 famílias moradoras do bairro e que estão diretamente impactadas pela pandemia. A iniciativa é abrigada pela Casa do Povo, que sempre teve uma preocupação em trabalhar junto à comunidade esse pé na comunidade – atividades comunitárias da UBS, abrigar movimentos de militância, 25 coletivos ocupam a Casa. Com a pandemia, sentiram a necessidade de organizar ações de solidariedade. Começaram iniciativa de produção de sabão com Mulheres da Luz, e de doação de cestas básicas junto à Casa Verbo. Com o passar do tempo, perceberam a necessidade de incluir alimentos frescos nessa oferta, e de respeitar a diversidade do público que atendiam (principalmente famílias migrantes). Daí surgiram as doações de alimentos agroecológicos e o formato de "cesta aberta".

Fornecimento dos produtos agroecológicos: Doações de produtores da cidade SP (xepa da Feira do Pari, AAO, e Ceagesp). Apenas AAO é orgânico/agroecológico. Recentemente adquirindo outros produtos do MST. Temporariamente compraram da Cooperapas (apoio do Fundo Fica).

Pessoas envolvidas / Tipo de Trabalho / Fonte de financiamento: A Casa do Povo dispõe de uma pequena equipe, mas conta com um grupo grande de voluntários (chamados de Povo da Casa). Na iniciativa de Cesta Aberta ela é a única da equipe remunerada, mas contam com muitos voluntários (chegam a 20/30), principalmente da comunidade do entorno. Vivem de doações, tanto de recursos como de cestas/produtos, e vão combinando esses recursos para manter a iniciativa - doações do Fundo Fica, da Casa Verbo, APA, JBS, Ilu Oba de Min, Ceagesp, Mesa Brasil, AAO, Feira do Pari, etc. Casa do Povo destinou alguma verba pras iniciativas, mas conta com poucos recursos.

Logística: Trabalham com modelo "feira livre", onde as famílias escolhem o que levar, a partir da oferta disponível (que inclui alimentos agroecológicos, processados, e até livros). Separam os alimentos das cestas básicas que recebem, ao mesmo tempo em que voluntários fazem a xepa em diferentes lugares pelos alimentos frescos. Com um cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade, marcam turnos para que as famílias possam vir buscar os alimentos. Periodicidade depende do volume das doações, podendo ser quinzenal ou mensal (mas já chegou a menos). No caso da compra de alimentos agroecológicos, o Fundo Fica disponibilizou um recurso direto na Cooperapas, onde elas podiam ir comprando. Mais recentemente estabeleceram um canal também com MST, para compra de itens como arroz e feijão (mais caro, mas uma escolha política).

Estimativa dos números da iniciativa: 200 a 250 famílias atendidas. Não tem os números precisos principalmente dos alimentos frescos, mas conseguem na AAO sempre 5 a 6 caixas de alimentos. Ceagesp é onde conseguem o volume maior (100 a 200 kg) mas de produtos convencionais.

Público que acessa os alimentos: Imigrantes sul americanos que trabalham na costura (em pensões e casas compartilhadas), idosos, migrantes nordestinos que vivem em pensões, cortiços e vilas na região do Bom Retiro. Tem esse recorte mais específico na região central e não periférica, especialmente de trabalhadores e autônomos que dependiam da economia local, e foram duramente afetados pela pandemia.

Especificidades da pandemia: Sofrem muito com as mudanças no ritmo das doações, uma vez que são elas que ditam a frequência com que conseguem fazer o Cesta Aberta. Volume de doações diminuiu muito, então tiveram que começar a pensar em outras logísticas (entrega direta em locais prioritários). Com a fase emergencial aprofundaram a logística de entrega direta

nos pontos, o que era mais facilmente casado com a forma que as doações chegavam (menores e mais "picadas").

Envolvimento da comunidade: Uma das iniciativas onde fica mais evidente a participação da comunidade, que faz parte da lógica de operação da Casa do Povo. Há uma forte relação de pertencimento, que nega a lógica assistencialista de realizar entregas a um trabalhador sem nome. Para identificação das famílias contam com voluntários das próprias comunidades, referências de cada lugar. Querem avançar e criar uma instância decisória na CdP com a participação da comunidade.

Horizonte político / enraizamento no território: Ver item acima. Há um horizonte político declarado de fortalecimento da autonomia e da soberania alimentar das famílias, mas o aumento no acesso a alimentos agroecológicos ainda esbarra nos limites da operação (hoje ainda muito dependente de doações diretas de produtores).

Desafios de sustentabilidade: conseguir um ritmo mais constante das doações, especialmente de alimentos orgânicos/agroecológicos, para melhorar a capacidade de planejamento dos ciclos de doação. Superar a resistência muito grande aos alimentos frescos, especialmente frente aos processados. Como recebem muito processados, tem sido um processo difícil respeitar a autonomia das famílias em escolher o que levar e incentivar o consumo dos alimentos frescos (quase sempre preteridos) - desafio da educação nutricional. Não tinham experiência com assistência social, sentiram dificuldade em processos como priorização das famílias, acompanhamento, etc. E se organizar em rede, para otimizar compra e distribuição dos alimentos. Conectar as diferentes iniciativas discutindo segurança alimentar na cidade pra superar desafios coletivamente (comprar volume maior direto do produtor, pressionar pela volta de políticas públicas como o PNAE, etc).

Perspectivas para o próximo período: Um desejo é construir uma plataforma digital que conecte os doadores aos pequenos produtores (Ocupação Mauá, Casa do Povo, Panela Coletiva), diluir o transporte, baixar o custo.

Quebrada Orgânica (Enjoy Orgânicos)

Tipo de Iniciativa: Negócio de Impacto na Periferia / Iniciativa de Solidariedade - doação de alimentos.

Início das atividades: 2018 (comercialização); 2020 (doações).

Modalidade de Acesso: Comercialização / Doação periódica de alimentos agroecológicos da agricultura familiar/camponesa

Histórico da iniciativa: Começaram em 2018 com o Enjoy Orgânicos (negócio de impacto de entrega de orgânicos). Iniciativa cresceu rápido e hoje atende 30 a 40 famílias por semana / 1x por semana. Com o Enjoy perceberam que existe um público pra orgânico na quebrada, que pode pagar. Ao mesmo tempo, percebendo os limites dessa atuação, decidiram criar o Quebrada Orgânica, que atua numa frente de projetos socioambientais na região (compostagem, instalação de hortas na casa das pessoas). Hoje as duas iniciativas caminham casadas, e nesse contexto acontecem as doações de alimentos orgânicos/agroecológicos para pessoas em situação de vulnerabilidade. Como um dos projetos previa a realização de eventos/festivais que tiveram que ser redimensionados pela pandemia, sobraram recursos que foram empregados na compra dos alimentos para doação.

Fornecimento dos produtos agroecológicos: Para o Enjoy compram apenas de produtores certificados, principalmente dos sítios de Parelheiros, onde tem relação estabelecida com os produtores. Além disso, adquirem processados orgânicos do Ceagesp. Adquirem da RAMA para eventos e doações e tem produção própria.

Pessoas envolvidas / Tipo de Trabalho / Fonte de financiamento: 3 pessoas na equipe – logística, transporte e horta. O trabalho é remunerado, financiado pela comercialização do Enjoy Orgânicos e por projetos (primeiro edital Fomento a Periferia - último edital da Fundação Cargill). A compra da RAMA vem do dinheiro dos projetos, e agora preveem a possibilidade de ficar uns 2 meses sem fazer a compra por conta do fim do projeto.

Logística: A principal logística está vinculada ao serviço de entrega, onde recebem os pedidos uma vez por semana através do site, combinam com os agricultores, fazem a compra, separação e entrega. Para as doações utilizam sua própria produção e complementam com os produtos da RAMA. As doações ocorrem uma vez por mês (quando possível aumentam a periodicidade). Separam a quantidade por família e entregam em instituições que fazem a relação direta com os beneficiários. Estão no Jd. Angela, perto de um CAPS infantil, outro adulto, ambos referência no trabalho de assistência.

Estimativa dos números da iniciativa: Não fizeram contabilidade das doações ainda.

Público que acessa os alimentos: No serviço de entrega tem um público misto que sustenta o negócio (10 a 15 clientes "da ponte pra lá" e os outros da própria região). Com as doações atingem 35 famílias por mês, que são da região, mas não fazem contato direto com as famílias.

Especificidades da pandemia: Sentiram um interesse maior nas questões relacionadas a alimentação e produção durante a pandemia. Como a região do M'Boi Mirim/Campo Limpo é um polo do movimento cultural, havia uma percepção de que o QO era "mais uma instituição fazendo social". Na pandemia, mais gente se interessou – em entender como funciona, como replicar em outros territórios (produção de orgânicos, compostagem, etc).

Envolvimento da comunidade: Pelo serviço de entrega a relação é mais comercial, e nas doações eram as instituições assistenciais que faziam toda a relação. A partir do QO há projetos com maior envolvimento da comunidade, como a doação de composteiras, e as hortas instaladas em casa. Estão num espaço mais isolado agora, e com a pandemia tem tido dificuldade em estreitar os laços, mas o plano era ter mais atividades integrativas com o entorno.

Horizonte político / enraizamento no território: Vivem no território, e a partir do QO promovem atividades de educação ambiental, com horizonte político de maior autonomia da quebrada, mesmo que a partir de iniciativas mais comerciais (como o próprio Enjoy). Pensam a autonomia através da produção (hortas urbanas) e tem olhar mais de inserção nos mercados e geração de renda na periferia.

Desafios de sustentabilidade: Margem de lucro do Enjoy é pequena, o que faz que sempre tenham que estar captando a partir de projetos, o que traz uma insegurança com relação ao futuro (embora não tenham tido problemas com captação até agora). Gostam do formato atual (negócio de impacto pequeno, com forte ação social), mas percebem que não vão conseguir atingir sustentabilidade só com a operação do Enjoy.

Perspectivas para o próximo período: No momento, a prioridade é captar recursos para os projetos que vão se seguir ao que está terminando e conseguir uma área maior para produção própria - ao mesmo tempo avançar na discussão do uso das áreas no M'Boi Mirim para agricultura urbana.

Sopão das Manas

Tipo de Iniciativa: Iniciativa de Solidariedade - doação de alimentos

Início das atividades: Abril de 2020

Modalidade de Acesso: Doação periódica de alimentos preparados (sopas e marmitas) e in natura (agroecológicos da agricultura familiar/camponesa)

Histórico da iniciativa: O Sopão das Manas começou no início da pandemia como iniciativa de um grupo de mulheres (em sua maioria cozinheiras autônomas), que tentando gerar renda e

trabalhar por conta própria (muitas perderam emprego fixo nessa fase) começaram a se deparar com a situação do aumento da fome na cidade. Como tinham experiência com trabalhar com alimentos, surgiu a ideia de criarem um grupo para distribuir uma refeição por semana para pessoas em vulnerabilidade/situação de rua. Com o tempo, foram adaptando a modalidade de doação de alimentos (além de sopas, incluíram outros alimentos, e até mesmo doações in natura), variando o volume das doações (de 200 até 600 sopas por entrega, e depois reduzindo de novo) e expandindo as relações com outros grupos e comunidades. Seguem ativas porém a entrega de refeições prontas já quase não acontece, direcionando os alimentos comprados in natura direto para doações.

Fornecimento dos produtos agroecológicos: Em uma primeira fase recebiam doações do Instituto Ibiá (que comprava de agricultores do entorno e/ou agroecológicos) e depois passaram a comprar da RAMA, onde seguem até hoje.

Pessoas envolvidas / Tipo de Trabalho / Fonte de financiamento: O núcleo de gestão conta com 9 mulheres além de um núcleo de colaboradoras para o audiovisual, com mais 7 mulheres (todas voluntárias). Há cerca de 50 voluntários que se envolveram na logística e produção ao longo do tempo (preparação das marmitas, panificação e transporte). O financiamento se dá por doações diretas de apoiadores e rifas.

Logística: A logística passou por 4 fases, a primeira em que recebiam as doações do Instituto Ibiá 1x/semana e formavam cardápios a partir da oferta que chegava. Os alimentos in natura eram levados até a casa sede (no bairro da Lapa), e os núcleos de voluntários buscavam os ingredientes e preparavam nas suas casas de acordo com a receita decidida pelo grupo (+/- 50 marmitas por casa). A seguir voluntários do transporte buscavam as marmitas prontas e as reuniam para distribuição no local acordado. Na segunda fase o processo se manteve o mesmo, mas com as compras realizadas pela RAMA (sendo buscadas no Galpão). No terceiro momento, graças a uma parceria com a Ocupação 9 de Julho, passaram a produzir todas as marmitas direto na cozinha da Ocupação uma vez por semana, produzindo e distribuindo no mesmo dia (e paralelamente distribuindo outros itens como água e cobertores). Por fim, no modelo em que estão hoje (a preparação de marmitas na Ocupação parou no fim do ano passado), ainda fazem a compra da RAMA mas focam em distribuir o alimento in natura mesmo, especialmente pra Aldeia Tekoa Itakupé no Jaraguá, e para outras iniciativas de distribuição (além de algumas doações pontuais).

Estimativa dos números da iniciativa: Em 15/10/20: 8650 sopas e refeições; 760 kg de pães, 6600 pedaços de bolo, 300 garrafas de agua, 100 kits lanche. No total, 4,5 toneladas de ingredientes in natura.

Público que acessa os alimentos: Comunidade do Moinho (centro – principalmente no começo), Pessoas em situação de vulnerabilidade no centro de SP, Comunidade Diogo Pires (Jaguaré), Aldeia Tekoa Itakupé (Jaraguá), Iniciativa Mãos de Maria (Paraisópolis), entre outras.

Envolvimento da comunidade: No início não tinham muita orientação sobre onde distribuir, até que começaram a se articular com lideranças para as entregas na Comunidade do Moinho. Perceberam que havia uma concentração de iniciativas de solidariedade no centro, e foram buscar se articular nas periferias. Hoje a comunidade com quem desenvolveram laços mais fortes foi a Diogo Pires, com quem estão em contato até hoje, mesmo sem a distribuição das marmitas. Envolvimento principalmente com as mulheres (principais lideranças) e na realização de atividades culturais na comunidade, atividades com as crianças, e engajamento com entes públicos para melhorias na área (que é área de ocupação).

Horizonte político / enraizamento no território: O propósito declarado não é somente apoiar sanar a questão da fome, mas ao mesmo tempo reforçar a agricultura familiar, e trazer essa discussão sobre como os alimentos são produzidos. Importante para elas apontar a forma como particularmente as mulheres tem sido afetadas nesse momento (sendo elas mesmas uma iniciativa majoritariamente de mulheres, preparando alimentos, etc). O atual momento (em que muitas das integrantes não estão podendo mais se dedicar) dificultou a continuidade da construção de relações tanto na Ocupação como na comunidade Diogo Pires, mas principalmente nesse segundo caso, o desejo é poder aprofundar essa presença e desenvolver mais iniciativas na comunidade.

Desafios de sustentabilidade: O principal desafio tem sido o tempo, uma vez que quase todas as integrantes são cozinheiras e tiveram que passar a dedicar mais tempo pras suas próprias atividades de geração de renda. Não conseguiram se organizar internamente ainda em 2021 para dar seguimento ao mesmo modelo que tinham antes. Conseguiram dar conta da logística pelo fato de terem experiência na cozinha, e a ida para a Ocupação facilitou o processo (ainda que o trabalho no momento da produção fosse maior, por ser concentrado em um único lugar). A sustentabilidade financeira também não tem sido uma questão impeditiva, uma vez que tiveram muita visibilidade, apoio de artistas etc, que ajudam a manter um fluxo constante de doações, mesmo agora com elas não estando em produção (que é o que mantém as compras da RAMA, por exemplo). Então o maior desafio é conciliar esse trabalho voluntário com as outras demandas da vida.

Perspectivas para o próximo período: Difícil pensar em perspectivas para o futuro no momento – dificilmente conseguem voltar ao modelo original. Mas há alguns saldos que podem e precisam ser aproveitados: a) os núcleos voluntários que se formaram e que hoje funcionam até de forma independente, cozinhando marmitas e distribuindo; b) as redes sociais que tem grande

alcance; c) as doações que seguem chegando e possibilitam ações pontuais e as doações para a Tekoa. Poder se articular em rede para aproveitar esses ganhos e direcioná-los pra outras iniciativas que podem estar precisando seria uma forma de seguir com o Sopão. Na relação com a RAMA, isso poderia se dar no campo da comunicação (recebem muitas mensagens e contatos de gente interessada em saber de onde vem os alimentos, como comprar da RAMA, etc). Além disso, gostariam de dar continuidade ao trabalho e às relações na comunidade Diogo Pires.

Mulheres do GAU

Tipo de Iniciativa: Horta Urbana / Viveiro Escola

Início das atividades: 2016

Modalidade de Acesso: Comercialização direta, preparação de alimentos para eventos, doações (durante a pandemia)

Histórico da iniciativa: As Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana) são mulheres migrantes nordestinas que trabalham como agricultoras no Viveiro Escola localizado na várzea do Rio Tietê, em São Miguel Paulista. O coletivo de mulheres cultiva uma horta orgânica e também produz alimentação natural em serviços de catering. O viveiro escola tem cerca de 15 anos, e foi estabelecido quando houve a urbanização da CDHU, que designou o terreno como viveiro de plantas, para atividades de educação ambiental. Com a chegada do projeto Quebrada Sustentável em 2014, começaram a realizar atividades de geração de renda, e partir do fim do projeto um grupo de mulheres decidiu continuar atuando no viveiro com um coletivo próprio, que segue hoje como o único grupo trabalhando no local (segundo a entrevista, um terreno de $2000m^2$ – registros na internet indicam $650m^2$).

Fornecimento dos produtos agroecológicos: Produção própria de hortaliças e pancs.

Pessoas envolvidas / Tipo de Trabalho / Fonte de financiamento: Hoje há 8 mulheres envolvidas no coletivo, que normalmente recebiam remuneração a partir das atividades de geração de renda (comercialização direta e participação nos eventos), mas com a pandemia quase esgotaram suas fontes de renda. Eventualmente recebem apoio via editais e projetos (em captação no momento), mas a principal fonte de renda vem da produção dos alimentos in natura e beneficiados. Com o núcleo de arte da QS conseguiram obter uma bolsa para ajuda de custo para as mulheres que trabalham no viveiro (6 meses – até setembro). São mulheres com poucas fontes de renda, e sem conseguir trabalhar no viveiro, elas têm migrado para outros trabalhos, o que impacta a produção.

Logística: Antes da pandemia, mulheres se organizavam para trabalho na horta, produção dos beneficiados na cozinha própria e eventos externos, além das vivências no espaço. Acesso aos alimentos ocorria via feiras que as mulheres organizavam no espaço ou nos eventos externos, além da produção beneficiar as próprias agricultoras – praticam a economia solidária, onde todas que trabalham tem participação nos ganhos. Atualmente, com o excedente da produção montam cestas semanais que são distribuídas pelo Centro de Referência de Nutrição na comunidade. E durante a pandemia, tem trabalhado em esquema de rodízio, para que não haja mais de 2 ou 3 mulheres por vez na horta.

Especificidades da pandemia: Antes da pandemia, cerca de 70% da produção da horta ia para a cozinha do viveiro, para os beneficiados e eventos. Tiveram queda brusca na geração de renda com o fim dos eventos externos e sem conseguir realizar feiras. O número de mulheres trabalhando na horta também diminuiu, o que tem impactado negativamente a produção. Muitas das mulheres envolvidas são do grupo de risco, então ficaram ao longo de 2020 sem poder realizar maior parte das atividades do viveiro – para além das atividades de geração de renda, como as vivências comunitárias. Só agora puderam reabrir a cozinha. E com a pandemia surgiu a possibilidade de fazer as cestas de doação via CFEN, mas ainda é um número bem baixo (20 cestas) devido à produção estar reduzida.

Estimativa dos números da iniciativa: Não foi possível obter.

Público que acessa os alimentos: Além das mulheres do coletivo, no momento são principalmente as pessoas do entorno na comunidade que acessam os alimentos (via cestas, uma comercialização direta de pequeno porte e doações pontuais no próprio viveiro). Na operação antes da pandemia esse acesso era ampliado, inclusive pelo serviço de catering, que atendia muitas ONGs e empresas interessadas em apoiar o coletivo.

Envolvimento da comunidade: O coletivo em si é formado por mulheres da comunidade, e o viveiro é um espaço comunitário, embora no momento o engajamento esteja sendo baixo. Costumavam ter mais voluntários e trocas antes da pandemia, mas agora há pouco envolvimento da comunidade no dia-a-dia do viveiro – maior tipo de engajamento agora são compras pontuais de orgânicos.

Horizonte político / enraizamento no território: Horizonte político de segurança alimentar e nutricional, e de empoderamento e autonomia das mulheres. No início as atividades no viveiro eram mistas e as mulheres sentiam que colocavam muito mais trabalho que os homens, especialmente nas atividades de catering. Além disso, a partir de rodas de conversa foram se inteirando dos desafios das companheiras (principalmente violência doméstica). A ideia do coletivo só de mulheres surgiu para oferecer uma remuneração justa para as mulheres a partir

do seu trabalho, e dar mais visibilidade a ele (hoje o Mulheres do GAU é o único coletivo que ainda segue fazendo atividades no viveiro). Enraizamento alto, tanto pela longevidade do viveiro, quanto pelas próprias agricultoras serem integrantes da comunidade. Também se articulam com outras iniciativas de agricultura urbana na cidade de São Paulo, como o RAPPA, a Associação de agricultores da zona leste, agricultores da região de Parelheiros, entre outros.

Desafios de sustentabilidade: O principal desafio é o da autonomia do grupo. Apesar de estarem inseridas no espaço do CDHU há quase uma década, não estão formalizadas como grupo nem têm comodato do espaço. Questão de poder gerar uma renda mais autônoma e retomar o trabalho tanto na horta como na vivência comunitária, agregando mais mulheres também é um desafio. As especificidades impostas pela pandemia (menos mulheres trabalhando por turno) tiveram grande impacto na produção, que foi reduzida, e elas sentem também impacto das mudanças no clima nessa produção (regime de chuvas p.ex.). Por fim há o desafio da própria comunidade, onde a maioria das pessoas segue desempregada e muitas não conseguiram acessar as políticas de auxílio, então há vulnerabilidade e muita insegurança alimentar também.

Perspectivas para o próximo período: Tem expectativas de conseguir retomar pelo menos parte do trabalho no viveiro, com a reabertura da cozinha e com as companheiras mais velhas sendo vacinadas. Seguem em negociação pelo comodato do espaço do CDHU, fazendo reuniões, e esperam ter algum avanço nesse sentido. Há uma falta quase total da presença de políticas públicas na região, tanto mais para facilitar o acesso de alimentos orgânicos e apoiar o pequeno agricultor urbano – como bancos de alimentos nas periferias, com fornecimento local. Perspectiva é seguir na luta por políticas públicas também. Gostariam de se fortalecer trocando mais com outras iniciativas, aprender mais sobre os desafios e soluções de outros grupos, trabalhar mais em rede (inclusive interessadas em aprender mais com a experiência da RAMA).

sof

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA